

O Museu Archeologico do Carmo e a descentralização cultural no século XIX

Ana C. N. Martins*

Resumo

Numa época em que se assistia a uma série de acontecimentos políticos, que iriam transformar, de forma tão profunda quanto irreversível, toda a realidade europeia contemporânea, os museus adquiriam um lugar de destaque na formação das novas gerações de cidadãos, a par da afirmação do novo conceito liberal. Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896), um dos principais e mais veementes defensores do estudo, salvaguarda e divulgação de todo o nosso património histórico-arqueológico, revelar-se-ia um dos principais entusiastas da fundação de espaços museológicos, ao mesmo tempo que defenderia a sua propagação pelo nosso território, sempre que as diversas regiões e localidades portuguesas apresentassem os requisitos imprescindíveis à sua constituição. Tendo, essencialmente, por modelo o próprio *Museu Archeologico do Carmo*, instituído na sede da *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, nas ruínas da igreja do Carmo, em Lisboa, em meados do século XIX, Possidónio ponderaria seriamente a criação de outros tantos espaços, que seria pautada pelo seu permanente e incondicional apoio.

Abstract

In a time which assisted to an all series of political events, which so profoundly and irreversibly would transform our contemporary reality, the museums acquired a special place in the formation process of the new european generations, grew simultaneously with the affirmation of the new liberal concept. Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896), one of our main national defenders of the urgency of the study, safeguard and divulgation of our historical and

* Associação dos Arqueólogos Portugueses. Email: anamartins@teleweb.pt

archaeological patrimony, revealed himself as one of the principal enthusiasts of the inauguration of museological collections in our territory, whenever the different regions and places proved they had the essential and necessary conditions for their implementation. Having the "Archaeological Museum of Carmo", founded in the headquarters of the "Royal Association of Civil Architects and Portuguese Archaeologists", inside the ruins of the gothic church of Carmo, in Lisbon, during the 19th century, Possidónio da Silva pondered very seriously about the institutionalisation of other similar museums throughout our territory, with his permanent and unconditional support.

“Avant 1859 le Portugal ne possédait point de musée d'antiquités...
je fis tous mes efforts pour recueillir
ce qui pouvait intéresser l'antiquaire et l'artiste”

(Possidónio da Silva, 1867)

1. Introdução

O século dezanove caracterizar-se-ia por uma multiplicidade de eventos que marcaria, de forma definitiva, todo o devir da nossa contemporaneidade. Um dos mais relevantes revelar-se-ia a transposição para o domínio público de todo um conjunto de realidades, até então pertença de um mundo privado e privilegiado. Transferência essa que, muito naturalmente, adviria de todo um conjunto de acontecimentos políticos que marcariam o final de setecentos, de entre os quais destacaremos a Revolução de 1789. A ela, ficaríamos a dever toda uma nova forma de olhar o outro, e o Mundo circundante, assumissem eles um cariz meramente geográfico ou, antes demais, um perfil cultural e nacionalista.

Do seio desse novo tipo de sociabilidade, verdadeiramente burguês e liberal, destacaremos os espaços museológicos, na verdadeira acepção da palavra, ao abrirem as suas portas a todos os interessados nas suas exposições, independentemente da sua pertença racial, nacional, cultural, religiosa e, sobretudo, social. Representariam, no fundo, toda uma nova mundividência, pensada, elaborada e aplicada pelos novos poderes políticos que, doravante, necessitariam do apoio incondicional e incontornável das populações que passariam a representar e orientar. Seria uma das poucas formas que encontrariam de sobreviverem politicamente e fazerem face a toda uma contra-ofensiva monárquica, que poderia fazer perigar a perpetuação dos seus diversos projectos.

Verificamos, assim, que na base da instituição desses museus encontrar-se-iam outras razões, que não as meramente filantrópicas e diletantes. Bem pelo contrário.

Evidentemente que, subjacente às antigas colecções particulares – que, aliás, se perpetuariam, tanto na sua existência física, como no papel assumida-

mente prestigiante –, estariam, frequentemente, intencionalidades sociais e políticas, e, nomeadamente, geo-políticas. Não obstante, essas pretensões assumiriam um carácter implícito, e não declarado, ou mesmo ostensivo. Em épocas durante as quais a monarquia preponderaria, a expressividade cultural de um país seria transmitida por ela própria, enquanto verdadeiro receptáculo de toda uma memória histórica e comum aos seus respectivos súbditos. Ela revelar-se-ia, no fundo, o garante dessa mesma unidade, bem como das suas próprias fronteiras geográficas, mentais e psicológicas.

Para além disso, o espaço museológico, as colecções expostas, assim como a forma da sua disposição e divulgação, assumiriam um outro papel, de ordem bastante mais pragmática e ideológica.

Referimo-nos, é claro, ao facto de terem passado a constituir locais privilegiados, não somente de uma certa expressividade cultural, como, sobretudo, de um claro propósito político.

Numa época que assistia a um inequívoco corte epistemológico com todo um passado recente, força das profundas mutações sofridas pela sociedade ocidental, o Museu transformar-se-ia num autêntico catalisador das consciências nacionais, ao mesmo tempo que de rememoração de um passado, que se pretendia comum a cada nação, diferenciável dos demais, e unificador de todo o seu tecido social.

Passada que estaria a época de maior euforia revolucionária e evidente ante-monarquismo e ante-clericalismo, haveria que delinear toda uma estratégia que visasse a inserção das populações ocidentais num novo espírito liberal, ou seja, numa nova cidadania.

Essa não seria, contudo, a única função que esses novos espaços revelariam. Em face das crescentes aspirações hegemónicas, manifestadas por algumas das principais potências europeias da altura, quase todas derivadas dos interesses de uma alta burguesia que tudo necessitaria abarcar, como forma, não apenas de sobreviver, como de afirmar-se no seio da nova realidade política oitocentista, os poderes recentemente institucionalizados teriam de encontrar outras formas de aprofundar os respectivos sentimentos nacionalistas. As mais relevantes e eficazes delas, revelar-se-iam todas aquelas que se encontrariam intimamente relacionadas com práticas pedagógicas. E, o Museu, revelar-se-ia, indubitavelmente, uma dessas mesmas práticas, tanto mais importante, porquanto mais abrangente, visível e pública.

Os Museus passariam a demonstrar, mediante a disposição dos mais diversos materiais, fossem eles de carácter arquitectónico, arqueológico, antropológico, ou até mesmo etnográfico, os diversos períodos da História de cada um dos países, com uma nítida preocupação em sublinhar as características individualizáveis de cada uma dessas realidades que, no seu todo, constituiriam a sua própria memória comum, queurgia revivificar, rememorar e consolidar. Seria através desse exercício que se pretenderia consciencializar as populações para a especificidade da sua cultura e História, assim como para a existência de uma suposta unidade social, enraizada desde os tempos medievais, isto é, desde a época da formação da principais fronteiras europeias, por excelência.

Memorização essa que exigiria uma compreensível seriação dos materiais a expor, em função, quer da sua capacidade evocativa de períodos históricos cruciais e marcantes, como, ainda, do seu carácter monumental e apelação estética. Seria, assim, que emergiria um novo conceito, o de "património histórico",

decorrente de uma nova forma de visionar o passado, o presente e perspectivar o futuro mais próximo.

Embora, até finais do século XIX, essa nova realidade não tivesse assumido uma tão notória visibilidade entre nós, o facto é que a nossa intelectualidade oitocentista não se demonstraria indiferente à relevância desse processo, ou seja, à implementação de instituições museológicas no nosso território.

Algo que, ademais, não seria de todo surpreendente, sobretudo se pensarmos que, à semelhança do que teria sucedido nos demais países europeus, e embora de uma forma menos aparatosa, também no seio de alguns meios nacionais, mais esclarecidos e providos, teria surgido um interesse pelas “antiguidades” e “raridades/curiosidades” locais, regionais, nacionais, e até mesmo estrangeiras.

Curiosidade intelectual essa que se materializaria na constituição de algumas colecções privadas, ou até mesmo no interior de algumas instituições científicas portuguesas, nomeadamente no âmbito da Universidade de Coimbra, numa clara evidência do ascendente da filosofia iluminista. Na verdade, verificamos que algumas dessas principais colecções, ou pequenos núcleos museológicos, surgiriam, precisamente, como consequência da necessidade setecentista de se promoverem diversos ramos científicos, sobretudo no que às disciplinas exactas diria respeito. Emergiriam, assim, em consonância ao espírito enciclopedista da *Época das Luzes*, e numa altura em que uma certa competição implícita, despontada entre as principais potências europeias da época, se revelava, por exemplo, no investimento estatal que se efectuariam nos mais variados domínios do conhecimento humano e, nomeadamente, daqueles que estivessem mais directamente conectados com o crescimento económico de cada um desses mesmos países.¹

Mas, apesar da existência desses núcleos, a verdade é que, até sensivelmente meados do século XIX, Portugal careceria de colecções com uma maior relevância e, sobretudo, projecção nacional e internacional, para além de um inventário dos objectos móveis e imóveis de interesse histórico, arqueológico e artístico. No fundo, essa seria mais uma evidência do próprio grau cultural da sociedade nacional de oitocentos, para além da indiferença institucional relativamente a todas as problemáticas inerentes a esse processo (Viana, 1970). Desinteresse esse que, no fundo, explicaria o facto de uma das primeiras iniciativas, no sentido de se proceder a um aturado estudo desse nosso espólio, tivesse sido manifestada, precisamente, por um estrangeiro, nomeadamente na figura do Conde de Raczynski. Seria, aliás, o próprio, a comentar posteriormente que “Além do duque de Palmela e do conde de Farrobo, ninguém em Portugal desejava gastar um tostão com as Belas Artes” (França, 1983 p. 486).

¹ A reforma Pombalina, de 1772, teria incentivado a criação do Museu ou Gabinete de História Natural, o Gabinete de Física Experimental e o Laboratório de Química, percebendo-se, assim, quão intimamente estaria correlacionada a sua emergência com o desenvolvimento dos diversos ramos científicos. Ainda nessa altura, seria igualmente criado o Real Museu da Ajuda, junto da Corte, bem como toda uma série de outros, essencialmente pertencentes a particulares, como no caso do Museu Lisbonense, Museu do Marquês de Angeja assim como o Museu Allen. Para além destes, surgiriam outros tantos, pertencentes a sociedades eruditas, como o Museu da Academia das Ciências, ou até mesmo os inaugurados por instâncias eclesiásticas, como no caso do Museu de Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas, e o de Tibães.

Palavras que evidenciavam, de uma forma bastante clara, o panorama generalizado do nosso país nesse âmbito cultural.

Vários factores teriam contribuído para essa situação. Entre eles, as sucessivas invasões napoleónicas, a fuga da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, a presença britânica no nosso território, para além da Guerra Civil, que, na verdade, ter-se-ão revelado as principais causas da devastação de um país que necessitava de reerguer-se economicamente, o mais rapidamente possível, sob pena de perder a sua identidade nacional. Explicar-se-ia, assim, que aspectos, aparentemente menos prementes, fossem relegados para segundo plano, durante, pelo menos, as primeiras décadas do regime liberal português.

Não obstante, diversas figuras da nossa intelectualidade de oitocentos opor-se-iam veementemente a esse autêntico *status quo*, que em nada dignificaria o nosso país e, muito menos, a nossa imagem junto das demais capitais europeias. Críticas que, no entanto, permaneceriam no papel, pese embora algumas iniciativas pontuais que não lograriam vingar, força dos permanentes obstáculos com os quais se deparariam, e que acabavam, quase sistematicamente, por desmotivar os seus principais empreendedores.

Uma figura iria, no entanto, alcançar parte significativa desses desideratos, graças à sua invulgar tenacidade, aliada a uma competência profissional inquestionável e à detenção de um considerável capital económico e, sobretudo, social. Condições que, na sua globalidade, lhe permitiram concretizar parte substancial dos projectos que delinearia no âmbito da salvaguarda do nosso património histórico, cultural e arqueológico.

Referimo-nos, muito concretamente, a Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896), arquitecto e amante de todas as questões relacionadas com o conhecimento, divulgação e conservação de toda a memória histórica, fosse a um âmbito meramente nacional, ou até mesmo internacional, numa verdadeira atitude universalista e, porque não afirmá-lo, ecuménica.

Seria, assim, que assistiríamos ao seu percurso académico, desde o Rio de Janeiro (para onde seria levado, conjuntamente à Corte Portuguesa), passando por Lisboa, até Paris, onde obteria o grau de arquitecto civil na *École des Beaux Arts*, com dois anos de interregno, durante os quais viveria e instruir-se-ia em terras italianas, concretizando o que se designaria, então, por *Grand Tour*².

Para além de obter uma sólida formação neoclássica, Possidónio trilharia os primeiros caminhos do Romantismo europeu, indutores de uma verdadeira nostalgia pelos passados nacionalistas, pela sua perscrutação e salvaguarda dos seus mais notórios símbolos matéricos, enquanto uma das principais formas de sublinhar a lógica das fronteiras, há muito delineadas, por afirmar ou, simplesmente, por constituir.

Regressando definitivamente a Lisboa, no ano de 1833, Possidónio procederia às primeiras tentativas de alteração da situação da nossa arquitectura civil, nomeadamente no que a intervenções de conservação, remodelação e restauro de espaços antigos, diria respeito.

² Sobre a formação académica de Possidónio da Silva, *vide* Ana C. N. Martins, "Formação Académica de um Arquitecto Português em Paris" (no prelo); Id., 2000b, sobretudo o seu primeiro capítulo, e, ainda, Id., "Possidónio da Silva e uma Experiência de *Grand Tour* na Europa Romântica de Oitocentos" (no prelo).

Porém, e face a uma atmosfera profissional e pedagógica notoriamente adversa a qualquer tipo de remodelação que pudesse perigar a ascendência das suas figuras de proa, e não obtendo a necessária e contínua subvenção governamental para a concretização de alguns dos projectos que perspectivaria nesses mesmos campos, Possidónio resolveria materializá-los a um nível particular, fazendo-se valer, para tal, de todo um capital social que teria, entretanto, acumulado, e do qual disporia³.

Seria, assim, que, em finais dos anos cinquenta, procederia a um primeiro levantamento dos principais monumentos nacionais, no âmbito do Ministério do Reino, e com o apoio directo de D. Pedro V⁴.

No entanto, não seria realizado um dos propósitos subjacentes a esse primeiro ensaio de inventariação do nosso património histórico-artístico, ou seja, a constituição de um organismo central e estatal, que tivesse a seu cargo, para além do inventário, propriamente dito, a superintendência das obras realizadas nos monumentos considerados de interesse nacional, assim como a inspecção periódica do seu estado de conservação, ao mesmo tempo que promovendo o seu aturado estudo.

Seria em consequência dessa mesma inconcretização, que Possidónio decidiria realizá-la a título particular, fundando, em 1863, conjuntamente a um alargado número de profissionais na área da Arquitectura Civil portuguesa, a *Associação dos Architectos Civis Portuguezes*, por oposição a todos os outros architectos, nomeadamente militares, quase todos com uma base académica fundamentalmente de Engenharia, e que, contrariamente ao que, na própria opinião de Possidónio, seria desejável, ou até mesmo recomendável, preponderavam nesse mesmo meio profissional.

Essa sociedade assumiria, rapidamente, uma projecção nacional, e até internacional, força, sobretudo, dos conhecimentos pessoais que Possidónio teria contraído, quando jovem estudante, em terras estrangeiras.

Essa evidência, aliada à crescente importância que jovens ciências, como a Arqueologia e Antropologia Pré-históricas, para além da própria Etnografia, iam assumindo em meados do século XIX, a um maior e mais fiável conhecimento das diversas etapas do passado de toda uma Humanidade e, muito especialmente, do nosso próprio país, e ao persistente desinteresse dos nossos círculos governamentais em apoiarem a sua implementação e disseminação entre nós, impeliriam Possidónio a considerar pertinente que a Associação assumisse, temporariamente que fosse, o papel que deveria ter cabido, antes de mais, às nossas instâncias estatais, bem como ao ensino universitário público.

Seria imbuído desse espírito, e dessa convicção, que a sociedade passaria a designar-se, já em plena década de setenta, de *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, título que passaria a demonstrar, não apenas os

³ Sobre as intervenções de Possidónio no domínio do Ensino das Belas Artes e da arquitectura, vide Ana C. N. Martins, "Incursões no Mundo da Arquitectura e das Artes Plásticas Portuguesas de Oitocentos. O Exemplo de Possidónio da Silva" (no prelo) e Id., "O Ensino das Belas Artes no Portugal de XIX. O conceito de Possidónio da Silva" (no prelo).

⁴ Acerca de todo o processo inerente a essa primeira tentativa de inventariação do património histórico edificado nacional, vide Ana C. N. Martins, "Possidónio da Silva e Algumas Vicissitudes de um Levantamento Gráfico de Monumentos Históricos Nacionais" (no prelo).

principais âmbitos do conhecimento humano a que os seus sócios passariam, doravante, a dedicar-se preferencialmente, como, ainda, o apoio e o interesse que a Casa Real sempre demonstraria pelas questões subjacentes a todas as disciplinas anteriormente referidas.

Uma das principais preocupações da Associação revelar-se-ia, precisamente, a aplicação de toda uma política que viabilizasse a salvaguarda de diversos vestígios materiais do nosso passado, ao mesmo tempo que a sua exposição ao grande público, pelo menos até ao Governo decidir tomar a iniciativa de concretizá-las, como vinha sucedendo nos principais e mais avisados países europeus da época. Objectivos que Possidónio veria parcialmente concretizados em 1880, ano em que seria fundada a *Comissão dos Monumentos Nacionaes*, à frente da qual permaneceria durante doze anos consecutivos. Iniciar-se-ia, então, o verdadeiro inventário de todo o nosso património, ao mesmo tempo que a responsabilização estatal pela sua preservação.

Entretanto, e não existindo um Museu de carácter nacional, em cujas instalações pudessem ser conservados alguns daqueles mesmos exemplares, e perante o desinteresse governamental em proceder à sua construção de raiz, Possidónio decidiria adaptar, parcialmente, a sede associativa – a igreja arruinada do Carmo, em Lisboa –, a um *Museu Archeológico*, um dos primeiros do género a ser fundado em toda a Europa.

O nosso primordial intuito neste presente estudo, constituirá, não tanto a análise detalhada das posturas conceptuais assumidas por Possidónio da Silva, relativamente ao Museu Arqueológico do Carmo, até, sensivelmente, finais do século XIX, mas, antes de mais, do seu posicionamento no âmbito de toda uma política descentralizadora nacional, que influenciaria, de igual modo, toda uma vivência cultural de oitocentos.

2. O Museu Archeológico do Carmo

2.1. O Museu Arqueológico do Carmo no contexto epistemológico europeu de oitocentos

Uma das primeiras iniciativas que Possidónio resolveria assumir, no âmbito de toda uma política associativa relacionada com a salvaguarda patrimonial, revelar-se-ia, precisamente, a fundação do *Museu Archeológico do Carmo*, no seio do qual optaria, inicialmente, por albergar todos os elementos arquitectónicos abandonados um pouco por toda a cidade de Lisboa. Consoante o nível de crescimento associativo e, por inerência, das suas próprias capacidades financeiras, Possidónio reservaria, para mais tarde, proceder de modo semelhante com outros elementos arquitectónicos, encontrados por todo o território nacional.

Embora essa intencionalidade adviesse da notória indiferença e incapacidade governamentais, em relação à importância da conservação de todo esse património, ela inserir-se-ia num movimento bastante mais abrangente, a um nível verdadeiramente europeu. Acção essa que propugnaria, essencialmente, pela disseminação daquelas instituições por todo o seu vasto território, sobretudo desde finais de setecentos, altura em que as Academias científicas conheceriam a sua verdadeira emergência e afirmação.

Nessa altura, preponderaria, sobretudo, a ideia de Museu, enquanto material ilustrativo da História da Arte. E, o Museu do Carmo, poder-se-ia incluir, pelo menos inicialmente, nesse mesmo conceito.

Mas, o projecto subjacente à sua constituição, assemelhar-se-ia a outros tantos, concretizados no âmbito de alguns estabelecimentos estrangeiros. Seria, esse, por exemplo, o caso do *Musée des Antiquités Nationales*, inaugurado por essa figura tão carismática, quanto polémica, como a de Alexandre Lenoir.

Perante a devastação patenteada nos edifícios antigos, sobretudo após 1789, A. Lenoir viajara frequente e sistematicamente por todo o território francês, precisamente com o principal intuito de recolher os mais variados objectos de arte que se encontrassem na iminência de serem destruídos ou, simplesmente, reutilizados noutro tipo de construção moderna, como seria, ademais, secularmente praticado. (Lenoir, 1794, p. 1-2, 1810, p. I-II, 1800, p. 1-5; Courajod, 1886, p. 107.) Para além desses materiais, Lenoir beneficiaria igualmente do processo de confiscação dos bens eclesiásticos, que lhe teria permitido adquirir outros mais para as instalações do *Petits-Augustins*, como ficaria sobejamente conhecido o Museu que constituiria.

Verificamos, assim, que, à semelhança dos procedimentos de A. Lenoir, também Possidónio instaria junto dos Ministérios competentes, no sentido da Associação adquirir, para além de objectos móveis, as mais variadas partes integrantes de estruturas arquitectónicas, nomeadamente daquelas que tivessem sofrido uma demolição total ou parcial, ou se encontrassem, muito simplesmente, abandonadas e entregues às consequências dos processos de alteração e alterabilidade.

Assim, tal como sucedera com outros núcleos, verdadeiramente museológicos, tanto do ponto de vista de metodologia de exposição das suas colecções, como do pedagógico, também o Museu Arqueológico do Carmo vocacionaria as suas instalações para esses mesmos propósitos, ao mesmo tempo que promovia o estudo e o ensino das principais disciplinas envolvidas em todo esse processo. O mesmo seria dizer que os seus principais responsáveis abririam cursos públicos de História da Arte, da Arquitectura, bem como de Arqueologia, no que se revelariam autênticos percursos do conceito actual de "Museu", no qual a vertente pedagógica assume uma notória, crescente e necessária relevância e imprescindibilidade.

Uma questão poder-se-á, no entanto, colocar. Tem ela a ver com o facto de, muito compreensivelmente, as instalações da igreja arruinada do Carmo não terem podido oferecer, logo de início, as condições mínimas para a constituição, no seu seio, de um espaço museológico com aquelas características. Evidência que se tornaria sobremaneira óbvia, nomeadamente depois de adquirirem as primeiras colecções de artefactos pré-históricos, os quais, pela sua própria natureza, exigiam um ambiente propício à sua integridade e perpetuação física.

Assim sendo, quais as razões que teriam estado subjacentes à escolha daquele espaço lisboeta? Na realidade, acreditamos que as razões teriam sido múltiplas, e de natureza aparentemente diversa.

Em primeiro lugar, não poderemos esquecer um facto tão pragmático quanto o económico. Com efeito, se em meados dos anos sessenta Portugal assistia aos primeiros resultados mais visíveis de uma política regeneradora, que visava, na sua essência, a reformulação de parte significativa da nossa econo-

mia, após longas décadas de instabilidade interna, a verdade é que aspectos tão essenciais ao crescimento de qualquer país, como os directa e indirectamente conectados com o seu desenvolvimento cultural, permaneceriam, ainda, em segundo plano, em benefício de outros aspectos, que necessitariam de uma mais premente e célere resolução.

Consequentemente, continuar-se-ia a proceder a uma prática iniciada nos anos trinta, isto é, a reconversão de antigos edifícios e a sua adaptação às novas necessidades administrativas, de um regime político recentemente firmado no nosso território. Poucas seriam, na verdade, as estruturas a serem construídas verdadeiramente de raiz. Assim, a escolha que recairia sobre as ruínas da igreja do Carmo, em Lisboa, teria constituído, na verdade, a solução mais viável para uma Associação que pretendia albergar, no seu interior, peças arquitectónicas, algumas de consideráveis proporções.

Aliás, essa não teria sido a primeira vez que aquela igreja seria objecto de interesse similar. Efectivamente, já na década de quarenta, Alexandre Herculano teria pretendido adquirir as suas instalações para o mesmo tipo de finalidade, evidenciada por uma sociedade cultural que, entretanto, teria projectado.

Mas, para além desse aspecto mais pragmático, outras razões teriam impulsionado Possidónio a preferir aquele edifício, em detrimento de outras estruturas arquitectónicas que, eventualmente, pudessem localizar-se na cidade de Lisboa, ou nas suas mais directas imediações.

Na verdade, acreditamos que factores de ordem iminente cultural teriam estado na base daquela sua preferência. Não podemos olvidar que Portugal atravessava, então, o denominado “segundo romantismo”, ou “romantismo tardio”, tão específico do nosso meio intelectual, sobretudo em virtude do facto de que, durante parte significativa da ocupação francesa e das subsequentes guerras civis, que assolariam o nosso solo desde princípios do século XIX, a maior parte dos seus representantes teria permanecido no exílio, nomeadamente em Paris e Londres. Cidades onde, cedo, o Romantismo despontaria e rivalizaria com o Neoclassicismo, coexistindo e complementando-se, numa verdadeira atitude intemporal.

As ruínas da igreja do Carmo, com toda uma carga simbólica que lhe estaria subjacente, fosse ela de nível estético – gótico –, religioso, ou até mesmo político, revelar-se-iam um verdadeiro ícone de todo o sentir nacional, que se considerava constituir o nosso, o português, espelhado e explanado ao longo dos seus resquícios arquitectónicos. Neles, conjugar-se-iam todas as características que se pretendia constituírem as nossas, comuns a todos os nossos cidadãos, e coesos da nossa própria identidade cultural, materializada no nosso devir histórico.

Contudo, a escolha desse tipo de monumentos, para verdadeiros albergues das mais diversas colecções de carácter arquitectónico – nacional –, não se revelaria uma particularidade, ou até mesmo exclusividade, do nosso Portugal de oitocentos.

Com efeito, o surgimento de museus públicos durante os finais do século XVIII e princípios de XIX, confirmaria uma secular experiência europeia, que teria tido os seus primórdios a um título meramente particular, nomeadamente na figura das denominadas *Wunderkammer*, ou, mais vulgarmente conhecidas por “gabinetes de curiosidades”. A sua principal finalidade não constituiria, propriamente, o estudo sistemático dos seus conteúdos mas, antes de mais, a sua demonstração pontual, numa evidente expressividade de poder social.

No entanto, pensamos que a instituição que terá influenciado mais notória e directamente as futuras actividades de Possidónio, no âmbito museológico, revelar-se-ia, antes de mais, o polémico *Musée des Antiquités Nationales*, constituído por Alexandre Lenoir, na cidade de Paris.

Mas, esse, não seria o único exemplo de instituições congéneres da Europa de inícios de oitocentos. Na verdade, surgiriam outros tantos, um pouco por todos os países europeus da época, em cujos interiores se intentava expor as antiguidades nacionais, ao mesmo tempo que sublinhar a sua especificidade e validade da independência política de cada um deles. Seria o caso, por exemplo, do Museu Nacional de Antiguidades Dinamarquesas, criado em 1807, pelo arqueólogo dinamarquês Nyerup, e cujo principal objectivo consistiria na conservação dos monumentos históricos dinamarqueses, sensibilizando-se, simultaneamente, as populações locais para a relevância da sua preservação, mediante a explicação do seu intrínseco valor histórico e artístico.

Ademais, seria precisamente a delineação da prioridade dessa função social – porque pedagógica –, aliada à científica, que iria distinguir, de forma definitiva e irreversível, esse novo espaço – o Museu – dos precedentes “gabinetes de curiosidades”. Funcionalidade essa que surgiria num novo contexto histórico, que passaria a conceder uma evidente primazia aos actos públicos, em detrimento dos privados, até então prevaletentes na sociedade ocidental, pelo menos até 1789. Doravante, as colecções histórico-artísticas (como seriam denominadas ao longo da primeira metade do século XIX), passariam do domínio privado para o público, em perfeita sintonia com os ideais liberais e românticos, numa herança directa da Filosofia iluminista (Ceram, 1977, p. 28; Guénot, 1986, p. 252; Poulot, 1988, p. 205).

Não seria, no entanto, somente no estrangeiro que se assumiria uma postura notoriamente crítica, relativamente às práticas encetadas no interior daqueles “gabinetes”.

Assim, aquando da constituição do Gabinete de História Natural, no âmbito da Universidade de Coimbra, no século XVIII, afirmar-se-ia que,

“porque muitas pessoas particulares por gosto, e curiosidade tem ajuntado muitas Collecções deste genero, que fechadas nos seus Gabinetes privados não produzem utilidade alguma de Instrucção publica; e ficam pela maior parte na mão de herdeiros destituídos do mesmo gosto; os quaes não somente as não sabem conservar; mas tambem as dissipam, e destroem.” (*Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1772, p. 264-65)

Deveremos, ainda, sublinhar que, ao mesmo tempo que o museu ia assumindo contornos públicos, estabelecia-se, pela primeira vez, e de uma forma mais evidente, a fronteira até então delineada entre o *connaisseur* e a *intelligentzia* (Puttfarken, 1987, p. 398).

A temática inerente à relevância e premência da instituição de museus públicos, enquanto parte inerente de toda uma política científico-pedagógica de carácter liberal, seria largamente debatida, não apenas no seio da nossa intelectualidade de oitocentos, como, sobretudo, ao longo de algumas páginas dos mais carismáticos periódicos nacionais da época. Seria o caso, por exemplo, da revista, *O Panorama*, onde se publicaria, num dos seus números de 1839, que,

“[tem-se] continuado com louvável perseverança, para colligir na Europa vastos museus de antiguidades...pondo-as ao alcance dos curiosos, que poderão assim estudar-las sem os riscos de uma excursão perigosa por meio de tribus semi-barbaras.”

De maneira a concretizar esse objectivo primacial, seria imprescindível reunir no seio dessas novas instituições públicas, para além das denominadas “antiguidades nacionais”, elementos representativos de outras regiões geográficas do Globo, denunciando as mais ecléticas realidades culturais e temporais.

Contudo, a vertente iminentemente pedagógica dos novos espaços museológicos de oitocentos, não se revelaria apenas nas características das suas colecções, nem tão pouco na forma da sua exposição ao olhar público. Efectivamente, Possidónio preconizaria uma das funções que, actualmente, se considerará mais relevante de todas as encetadas no seu seio. Assim, resolveria envidar todos os seus esforços, bem como catalisar os seus variados conhecimentos pessoais, no sentido de angariar o maior e mais diversificado número possível de artefactos, que viabilizasse a ilustração (porque disso se trataria, ainda), das prelecções que promoveria e coordenaria, pessoalmente, sobre História da Arte, nas instalações da sede da *Real Associação*, isto é, onde funcionaria igualmente o seu *Museu Archeológico*.

Essa sua postura evidenciaria, no fundo, a sua perfeita consonância a uma realidade filosoficamente contextualizável quando, ao afastar-se paulatinamente de uma determinada concepção e visão do Mundo, assumidamente individualista, nacionalista e regionalista, em virtude de um certo desencanto provocado pelo desenrolar dos acontecimentos subsequentes a 1789, passaria a sublinhar um crescente interesse pela realidade universal, numa verdadeira atitude cosmopolita e ecuménica, consonante ao novo espírito positivista de meados do século XIX.

Para além disso, o Museu surgiria, simultaneamente, enquanto um dos principais meios ao dispor dos novos poderes liberais, institucionalizados um pouco por todo o mundo ocidental, para incrementação e propagação dos mais variados conhecimentos relativos à História de cada um dos seus respectivos países. Para além de viabilizarem a afirmação de uma identidade cultural, que se pretendia comum, única e unificadora de cada uma das suas populações, face às demais circundantes, que vinham expressando algumas intencionalidades hegemónicas, o Museu poderia demonstrar igualmente a fragilidade e mortalidade civilizacional, ao mesmo tempo que a sua perpetuação indirecta nas suas formas subsequentes, no âmbito das quais o “génio” humano se desenvolvia e expressava, à semelhança de um outro qualquer organismo vivo, numa análise da História, surpreendentemente biologista e positivista.

Transformado num dos principais receptáculos e divulgadores da personalidade da História de cada um dos países ocidentais, que apostavam fortemente na manutenção da sua independência geográfica, política e cultural, o Museu surgiria, assim, como um dos primordiais recursos para a viabilização de todo esse somatório ideológico, congregando os espíritos nacionais em redor de um ideal de unidade, queurgia perpetuar e revivificar, enquanto acto imprescindível à sobrevivência do novo poder liberal.

E, que outra forma melhor de concretizar tal desiderato do que tentar perpetuar essa pretensa memória comum, do que mediante a implementação de

uma política de salvaguarda dos principais vestígios materiais, rememoradores das mais evocativas páginas da História de cada um dos seus países, e nos quais se encontraria plasmada toda aquela súpula de ideais, encarnando-as, numa atitude que secundaria algumas posições, entretanto tomadas institucionalmente, nos principais países europeus de dezanove?

Seria, nesse quadro, que poderíamos considerar que o Museu do Carmo conseguiria concretizar parte significativa dessas mesmas finalidades, assumindo, durante largas décadas, o papel de autêntico “Museu de Antiguidades Nacionais”, à semelhança do que se praticaria além-fronteiras, não obstante o surgimento de inúmeras e consecutivas dificuldades. É, pelo menos, o que poderemos depreender da seguinte passagem de uma carta redigida por Possidónio, a propósito do *Geological Museum*, de Londres:

“é também por este modo que uma nação se pode chamar civilizada. Enquanto nós nos embrenhamos em cousas mesquinhas, intrigas, rivalidades, frívolas ou em disparates!” (I.A.N./T.T., *Correspondência Scientífica...*, t. IV)

Entretanto, as actividades levadas a cabo por Possidónio da Silva, no âmbito do Museu do Carmo, iam constituindo motivo de análise e elogio no seio da comunidade científica estrangeira, chegando-se a referir que,

“Combien d’objets oubliés ou negligés vont se donner rendez-vous dans votre nouveau musée...vont acquérir une valeur qu’ils n’avaient pas lorsqu’ils étaient disseminés.” (*Ib.*, t. II).

Esta passagem torna-se igualmente relevante, porquanto sublinha uma prática museológica que seria, então, preponderante em toda a Europa, e que cederia, durante larga parte do século XIX, uma notória primazia à inclusão, nos seus espaços interiores, de peças isoladas, mas visivelmente simbólicas das diversas etapas da História de cada um dos países. Procedimentos esses que denotavam, no fundo, uma certa idiossincrasia romântica, no que à valorização (e revalorização), dos sentimentos nacionalistas e reconquista da sua memória histórica respeitaria, plasmada no conteúdo de cada um dos Museus. Seria, no fundo, a expressividade material do fenómeno que K. Pomian designaria por *sémiophores* (Pomian, 1987, p. 37, 42-43).

Efectivamente, ao serem descontextualizados, retirados de toda uma ambiência, para a qual teriam sido perspectivados, e com a qual deveriam formar um todo harmonioso, os artefactos, independentemente da sua proveniência e tipologia, permaneceriam desprovidos da sua primitiva utilidade e significado. Consequentemente, integrariam a categoria generalizada e abrangente das “antiguidades”, transformando-se em autênticas peças museológicas, porque seleccionados mediante o seu valor histórico e/ou artístico, enfim, de antiguidade.

A sua escolha não seria, contudo, inocente. Pelo contrário. Transporiam a categoria de peças musealizáveis apenas aqueles artefactos que se revelassem consonantes à rememoração de um determinado passado, que importava pontualmente reviver, em função dos interesses políticos do grupo socialmente dominante. Seria, assim, uma memória circunstancial, flexível e relativa, porque

decorrente de múltiplos factores, nem sempre perfeitamente racionáveis, mas, indubitavelmente, de ordem essencialmente superestrutural. Para além disso, essa memória revelava-se notoriamente artificial, porquanto os artefactos que a deveriam ilustrar seriam mantidos num local apropriado à sua salvaguarda e ao olhar público, apartados do seu contexto primordial, no âmbito do qual seriam percebidos na sua verdadeira plenitude.

Não obstante, e em face dos sucessivos actos de verdadeira vilipendiação, aos quais seriam sujeitos muitos desses monumentos – móveis e imóveis –, em decorrência de um manifesto sentimento ante monárquico e ante religioso, pós Revolução Francesa, a sua grande parte seria salvaguardada somente através da sua inserção em ambientes museológicos. Seria apenas no seu seio que os mesmos adquiriam o seu valor real, ao materializarem uma memória histórica invisível, porque há muito olvidada e despida do restante enquadramento que até então, lhes teria concedido sentido e razão de ser.

Seria em face dessa mesma constatação que diversas personalidades intelectuais da Europa de oitocentos se manifestariam, claramente, contra a formação dos primeiros grandes museus públicos europeus. Mas, esse, seria um movimento irreversível, sobretudo devido à sua funcionalidade pedagógica e social, para não mencionar a política, ao expressarem as rivalidades que iam sendo assumidas pelas principais potências económicas da época, num gesto de clara demonstração e prepotência colonialista.

Polémica essa que seria tanto mais pertinente e crescente, porquanto se consciencializava que, descontextualizados, os artefactos passariam a integrar um outro contexto, artificial e a-historicamente pensado e organizado de uma forma sequencial, frequentemente de maneira divergente da sua disposição original (Poulot, 1997, p. 364). Mas, essa, revelar-se-ia, uma vez mais, uma atitude claramente positivista, de reconstrução contemporânea do mundo que os rodeava. Os opositores dessa linha de pensamento reivindicavam a permanência dos artefactos *in situ*, comparando o seu contexto a um organismo vivo, cujas partes só fariam sentido em conjunto, porque interligadas em nome de uma função e propósito únicos.

O seu anterior – e inicial –, valor de cientificidade, seria readquirido somente após a inserção dos mais variados artefactos no seio museológico, nomeadamente ao serem dispostos ao olhar alheio de uma forma sequencial e lógica, que seria, por seu turno, alcançada mediante a sua análise comparativa e classificatória. Seria, uma vez mais, o espírito positivista a demonstrar-se em toda a sua plenitude.

Se, em terras francesas, cedo se revelaria uma atitude crítica face às precedentes formas de expor os objectos nos novos espaços museológicos, nomeadamente ao tentarem impor-se contra as práticas decorrentes das fomentadas no seio do museu de A. Lenoir, logo nos inícios da centúria de oitocentos, em Portugal, as primeiras vozes que se fariam ouvir contra tais procedimentos, tomariam unicamente forma durante a sua segunda metade. Coincidiria plenamente essa nova postura com a aceitação do pensamento filosófico de A. Comte no seio da nossa intelectualidade. Na verdade, seria sobretudo durante o último quartel de dezanove que o Positivismo encontraria os seus mais acérrimos e leais propugnadores entre nós (como no caso de Teófilo Braga), editando-se, então, a primeira revista de filosofia portuguesa. O percurso deste periódico nacional não se revelaria, contudo, destituído de percalços e controvérsias,

como atestaria o surgimento de movimentos críticos protagonizados, entre outras, por personalidades como as de Antero de Quental e Sampaio Bruno. (Santos, 1981, p. 19-20)

Contudo, esses dois processos, aparentemente antagónicos, resultariam, antes de mais, e na sua real essência, de uma certa retracção de carácter nacionalista, face à inegável e permanente ascendência que as principais correntes de pensamento europeu, desde sempre exerceriam sobre os intelectuais portugueses, ao longo de todo o século XIX. Críticas essas que, no fundo, instariam ao aprofundamento das mais variadas características nacionais, ao mesmo tempo que incorreriam nalgumas manifestações notoriamente contrárias à penetração daquelas mesmas influências no seio cultural português (Carvalho, 1981, p. 70).

2.2. Os museus oitocentistas e a questão regionalista

Se a questão filosófica influiria incontestavelmente nas críticas menos positivas, dirigidas aos espaços de “depósito” e salvaguarda de objectos, imbuídos de alguma carga memorial, histórica e/ou artística (porque não se tratariam, ainda, de espaços museológicos, na verdadeira asserção da palavra), não deveremos escamotear a relevância que seria assumida por um outro factor. Facto esse que se encontraria intimamente relacionado com uma das realidades mais evidentes, surgidas em todos os processos político-sociais, ocorridos ao longo do século XIX. Referimo-nos, muito concretamente, ao fenómeno regionalista.

Efectivamente, se o espírito nacionalista teria sido propugnado atendendo ao surgimento de toda uma conjuntura particularmente difícil para Portugal – e cujas causas assemelhar-se-iam maioritariamente ao que, entretanto, sucedera um pouco por toda a Europa durante o primeiro quartel de oitocentos –, o regionalismo despontaria parcialmente em consequência da ampla agitação romântica.

Movimento esse que se materializaria, sobretudo, ao invocar-se preferencialmente a Idade Média como época dilecta dos mais diversos estudos, porquanto iniciadora dos processos de definições fronteiriças; porque apelativa de uma monarquia de características inerentemente nacionalistas, uma vez que pretensamente comungadora dos mesmos ideais, idealizados e veiculados por uma abrangente faixa populacional.

Para Portugal, no entanto, os estudos medievais reviveriam uma questão crucial da nossa História, e que se resumiria à temática do municipalismo, com a qual, entre outros, Alexandre Herculano tentaria teorizar um sentimentalismo regionalista. Espírito esse que, na verdade, nunca teria sido completamente contornado, não obstante a imposição de um certo centralismo, de cariz iminente liberal, definitivamente consolidado com a instauração da política de *Regeneração*. Esse centralismo pretenderia e exigiria, contudo, a reorganização da orgânica estatal, no sentido de se criar, na capital – Lisboa –, uma verdadeira sede de todos os serviços administrativos do país, os quais, por seu turno, constituiriam as suas respectivas delegações regionais, sob sua forte vigilância (Macedo, 1981, p. 40-41).

Se o problema nacionalista não se colocaria abertamente a um nível interno do nosso país, a problemática regionalista teria, desde sempre, perma-

necido latente, não tanto a um nível da camada populacional, no seu sentido mais abrangente, mas, antes, das suas principais hostes dirigentes. Temática essa que retomaria, em pleno oitocentos, a pertinência da qual se teria revestido durante o longo processo de *Reconquista*, operado no nosso território durante a Idade Média, e sem o qual a nossa monarquia não teria alcançado, nem a definitiva afirmação da sua instituição, nem tão pouco o início da definição das suas fronteiras geográficas.

Os próprios ideais liberais, o desenvolvimento interno – em todas as suas linhas –, o próprio melhoramento das vias e meios de comunicação, o despontar dos principais epicentros culturais (tanto nacionais, como transfronteiriços), seriam factores que, no seu conjunto, despertariam nas entidades da interioridade portuguesa o sentimento regionalista, assim como a consciência da relevância da qual se poderiam – e deveriam –, revestir os estudos relativos à História Local e Regional. Investigações essas que deveriam ser ulteriormente divulgadas, não somente enquanto forma de contrapor o poder local ao central – nomeadamente ao demonstrar e sublinhar a crescente importância daquele no processo generalizado do estabelecimento deste –, como, ainda, enquanto uma forma mais de incentivar o próprio desenvolvimento regional e local, sobretudo ao nível económico. Incrementação essa que decorreria, no fundo, de uma disputa implícita, que existiria entre esses diferentes tipos de poder, nem sempre de uma maneira verdadeiramente visível, nem tão pouco exteriorizada.

Por seu turno, o poder central, plenamente consciente dessa mesma realidade, ponderaria explorar o mais profundamente possível tais sentimentos, o que se reflectiria, entre outras situações – e resoluções –, na preferência que passaria a demonstrar na designação de *Cortes*, que escolheria para a “Assembleia Constituinte”, em detrimento da de “Parlamento”. Na verdade, aquela revelar-se-ia mais consentânea às pretensões políticas, acalentadas e veiculadas pela política regeneradora nacional. Por outro lado, tornava-se, assim, indubitável a ambição crescentemente demonstrada pelo novo regime político, em conciliar permanentemente o carácter tradicional e o inovador, patenteados naqueles mesmos níveis, surgidos um pouco na sequência das próprias características históricas nacionais. Na verdade, a capital do país não deveria, em última instância, e como forma de subsistência e perpetuação do próprio poder político regenerador, contornar os poderes locais, sobretudo porque, no fundo, encontrar-se-ia, frequentemente, condicionado pelos periódicos resultados eleitorais, que, eventualmente, pudessem garantir a estabilidade imprescindível à aplicação de algumas das suas tomadas de resolução.

Como terá sido anteriormente referido, esses mesmos interesses que, na sua essência, se revelariam de ordem meramente política, conduziram ao despontar de visíveis movimentos culturais, que explorariam as características locais e regionais, propiciadoras do aprofundamento e alargamento de estudos históricos, histórico-económicos – como no exemplo de algumas das obras publicadas por Alberto Sampaio (Neves Júnior, 1981, p. 432-434) –, linguísticos, arqueológicos e até mesmo etnológicos. Estes últimos, veriam o seu início no nosso território através de individualidades, como as de Adolfo Coelho e José Leite de Vasconcelos, e a exemplo da obra de Almeida Garrett e Teófilo Braga, para além da de Alexandre Herculano. Esses estudos apareceriam num ambiente relativamente favorável à coadunação das pretensões e aspirações, manifestadas pela burguesia comercial e letrada do nosso Portugal de oitocen-

tos, em consequência dos próprios propósitos delineados pela *Regeneração*, e em conformidade ao próprio espírito monárquico-constitucionalista.

Em todo o desenrolar desse longo e complicado processo, não deveremos obviar a relevância da qual se revestiria todo um conjunto desses estudos, que evidenciariam as características inerentes ao processo evolutivo da História nacional, numa época em que passariam a imperar os movimentos libertadores, face ao jugo de potências imperialistas. Isto, por um lado. Por outro, os conectados com tendências integracionistas, tenderiam à reunificação de diversos estados europeus, constituintes de uma nova realidade geográfica e política, da Europa de então.

Assim, numa Europa que estreitava, de uma forma veloz e irreversível, os desígnios e destinos da maioria dos seus estados, surgiria, concomitantemente, uma forte inquietação, face a um crescente processo de uma, quase, standardização da maioria dos quadros vivenciais, sentidos e executados pela sua maioria. Inquietação essa que despontaria em face de uma certa premência que os poderes locais e regionais sentiriam em tentar fazer ressaltar e marcar a sua diferença, face a essa suposta comunhão.

Aliás, seria nesse sentido, que os movimentos favoráveis à criação de museus locais – em oposição (e não em complementaridade) ao da capital –, iriam surgir no nosso país, sobretudo durante o último quartel de oitocentos. Não deveremos, contudo, ficar com a noção de que essas mesmas reivindicações expressariam, de uma forma implícita, uma crítica às próprias actividades encetadas por Possidónio da Silva, no âmbito da criação do Museu Arqueológico do Carmo. De entre elas, referir-se-iam, sobretudo, a forma pela qual seriam adquiridos os mais diversos objectos inseridos nas suas instalações. Acusá-lo-iam, no fundo, de ter pretendido proceder, museologicamente, com um espírito em tudo semelhante ao de A. Lenoir, e seus mais directos seguidores.

Evidentemente que não poderíamos, sequer supor, imputar-lhe acções como as detectadas nalgumas das actividades levadas a cabo pelos seus congéneres de finais do século XVIII, primeira metade do XIX. Com efeito, para além de criticarem incessantemente a forma como as entidades administrativas lidariam com o património histórico-artístico, chegariam a exigir a transferência de alguns dos objectos espalhados um pouco por todo o território francês (e não só), para os museus centrais, localizados na capital do país. Processo esse que, na verdade, seria frequentemente concretizado à revelia, tanto dos directores daqueles espaços museológicos, como até de alguns dos proprietários das peças, que tê-las-iam depositado, com carácter provisório, nas instalações daquelas instituições regionais e locais.

Para os mais acérrimos opositores de tal processo, essas individualidades teriam tentado espoliar, na verdadeira asserção da palavra, as regiões francesas do número mais significativo de todos os seus monumentos, nomeadamente daqueles que poderiam, de alguma forma, suscitar a curiosidade dos viajantes, nacionais e estrangeiros. Despertar esse que poderia, em última análise, atrair tais visitantes à interioridade geográfica de cada país. Facto que poderia, não apenas conduzir um maior número de pessoas a essas mesmas paragens como, ainda, contribuir para uma maior e mais sistemática divulgação das suas regiões e localidades, projectando-as nacional e internacionalmente, conduzindo ao desenvolvimento das suas mais diversas esferas, sobretudo das económicas.

Perante esse somatório de críticas, de carácter menos positivo, não poderemos, na verdade, equiparar, de forma linear o Museu Arqueológico do Carmo ao dos *Monuments Historiques*, que seria conectado, por alguns dos seus contemporâneos, a um “musée des monuments du vandalisme” (Poulot, 1997, p. 362).

Evidentemente que poderemos considerar essa afirmação algo dúbia. Assim, se a sua conexão mais directa referir-se-ia ao facto dos museus daquele género resumirem-se, essencialmente, à inclusão nas suas instalações dos mais diversos resquícios de materiais arquitectónicos, recolhidos um pouco por todos os seus respectivos países, perdendo, dessa forma, o seu simbolismo e sentido originais – porque descontextualizados –, procedendo, frequentemente, a práticas metodológicas erróneas, e ignorando os mais elementares preceitos cronológicos, a sua segunda significação parece-nos bastante mais abonatória.

Na verdade, museus, como o de A. Lenoir, e até mesmo o do Carmo (pelo menos nos seus inícios), formar-se-iam em consequência de todo um somatório de eventos políticos que, entre outras vertentes da vivência quotidiana das sociedades europeias oitocentistas, influenciariam a preservação – ou, melhor, a falta dela –, de alguns dos mais significativos exemplares da sua arquitectura, considerada nacional. Perante as sucessivas vagas da sua destruição, perpetrada por populações que, estimuladas pelos recentes acontecimentos de 1789, e subsequentes invasões napoleónicas, expressariam a sua mais viva contestação relativamente ao *Ancien Régime*, mediante a vilipendiação dos seus mais evidentes símbolos, ou seja, aqueles que se encontrariam perante o olhar e ao alcance de todos, destruir-se-iam palácios, palacetes, os mais diversos conjuntos escultóricos, para não referir as igrejas.

Consequentemente, aqueles primeiros museus poderiam ser verdadeiramente considerados *des monuments du vandalisme*, porquanto – e independentemente da metodologia aplicada na sua concepção e exposição –, seriam espaços, como os do *Musée des Antiquités Nationales*, que promoveriam a salvaguarda e perpetuação de parte considerável de toda essa memória histórico-artística nacional, ao recolher e albergar no seu interior muitos dos seus mais notórios vestígios. Resquícios esses que, não fora essa postura, teriam, muito possivelmente, permanecido no esquecimento colectivo dos seus – agora –, cidadãos.

Neste segundo sentido crítico, acreditamos que o Museu Arqueológico do Carmo terá assumido um papel preponderante, não apenas na salvaguarda que possibilitaria a alguns dos mais emblemáticos vestígios arquitectónicos portugueses, como, sobretudo, no surgimento de uma política, mais ou menos concertada, de sensibilização de algumas das mais importantes figuras nacionais, para a urgência da propagação, não somente da importância do seu estudo, como, igualmente, da preservação dos mais variados exemplares histórico-artísticos da nossa nacionalidade, como forma de rememorar e exaltar todo um passado, que se pretendia comum.

Quanto à primeira interpretação, da frase em causa, pensamos que não podemos supor que o Museu do Carmo pudesse ser igualável às actividades perpetradas no seio do museu de A. Lenoir, pelo menos nas críticas que lhe seriam imputáveis pelo teórico da Arte, Quatremère-de-Quincy, ao considerá-lo – conjuntamente à esmagadora maioria dos museus europeus da época –, de verdadeiros *enmagasinements*. Assim, no seu entender, proceder-se-ia, no seu interior, à mera acumulação de obras de Arte. Sabemos, no entanto, que o pró-

prio A. Lenoir não se quedaria por uma actividade de simples compilação dessas mesmas obras. Na verdade, esforçar-se-ia por dispô-las de uma forma que, no seu entender, seria a cronologicamente mais correcta. Sabemos, contudo, que, na verdade, ela evidenciaria, antes de tudo, uma certa reinvenção cronológica, ao mesmo tempo que pretenderia inserir esses mesmos objectos num determinado ambiente encenado, que nem sempre corresponderia à sua veracidade histórica. Daí que os seus mais acérrimos opositores considerassem a sua instituição como pedagogicamente inviável, porquanto indutora de conclusões históricas incorrectas.

Na realidade, consideramos que Possidónio da Silva não teria concebido o Museu do Carmo como alguns dos principais directores de museus europeus de finais de XVIII, princípios de XIX, para os quais as suas instalações se resumiriam a albergar objectos de arte, com a finalidade última, para além de manter a sua integridade física, de enriquecer os seus respectivos espólios, assumindo uma atitude notoriamente centralizadora. Ademais, acreditamos que Possidónio teria uma postura crítica relativamente a tal género de procedimentos, uma vez que o seu principal mentor, em terras francesas, o arqueólogo Arcisse de Caumont, ter-se-ia sempre demonstrado contrário e crítico relativamente à validade, não somente de práticas congéneres como, até, dos espaços museológicos centrais, sediados nas capitais de cada país. Defenderia e propugnaria, pelo contrário, a legitimidade e lógica da fundação e disseminação de museus de carácter regional, ou até mesmo local.

Assim, se, por um lado, se poderá revelar lícito inserir Possidónio numa certa concepção de “antiquário” – essencialmente característica de uma época directamente relacionada com o racionalismo e enciclopedismo setecentistas, concretamente ao evidenciar um eclético interesse científico, que seria contrária à do especialista oitocentista –, constatamos, por outro, a sua incontestável capacidade de adaptação às novas metodologias, nomeadamente às conectadas com a organização interna e externa dos espaços museológicos, desenvolvidas e discutidas além-fronteiras, nomeadamente em território francês. Pensamos que, por si só, esta constatação sublinhará, além da óbvia actualização à qual se submeteria sistematicamente, uma notável (e, quase, invulgar na época), abertura de espírito.

3. O Museu Archeologico do Carmo no panorama cultural português de oitocentos

Mesmo no início da constituição do Museu do Carmo, Possidónio nunca concebera o seu espaço enquanto mero depósito de objectos, à semelhança dos antigos “gabinetes de curiosidades”, que se pautariam, na sua generalidade, não tanto pela inclusão de obras de arte no seu seio, mas, antes de mais, de objectos considerados raros e valiosos, fosse pelas suas qualidades estéticas ou por toda uma súpula de informações históricas que os mesmos encerrariam. (Maczak, 1995, p. 201) Não deveremos, contudo, subestimar esse tipo de actividades, porquanto seriam elas que, em última instância, iriam influir significativamente os subsequentes estudos referentes ao passado, distante e desconhecido, precisamente a partir da sua análise estética. Paulatinamente, revelar-se-iam

objectos plenos de simbolismos, verdadeiros indicadores de um mundo há muito extinto e olvidado, quase invisível, como se de *sémiophores* se tratassem (Daniel, 1968, p. 14; Schnapp, 1993, p. 40).

Na verdade, há já algum tempo que se ia estabelecendo uma autêntica fronteira entre aqueles dois conceitos no seio da nossa intelectualidade de então. Seria o caso, entre outros, do próprio Alexandre Herculano, ao referir a existência de um projecto de transformação das ruínas da mesma igreja do Carmo, durante os anos quarenta, num "...deposito ou museu de todas as antiguidades..." (Herculano, 1840, p. 14). Destrinça essa que, por si só, denotava a existência de um significado bem evidente, em consequência das implicações metodológicas implícitas na escolha que se efectuaria de cada uma das referidas posturas.

Não obstante, seria ainda durante a maior parte do século dezanove que se patentearia a existência de um determinado desconcerto no respeitante à concretização das especificidades que deveriam ser verdadeiramente assumidas pelos novos espaços museológicos. Aconteceria, por exemplo, surgir nas obras (escritas, ou não) de um mesmo autor, a explanação e aceitação simultânea daqueles dois entendimentos, como se de um só conceito se tratasse. Incerteza essa que decorreria, muito provavelmente, dos propósitos gerais que seriam delineados para cada um deles, e que se encontrariam, no fundo, expressos em ambos: a salvaguarda e exposição pública dos objectos adquiridos, embora baseando-se em metodologias, frequentemente, divergentes.

Essa problemática parece ter obtido um notório destaque na vivência intelectual de oitocentos, pelo menos a julgar pela projecção que a mesma alcançaria nas páginas de alguns dos nossos periódicos de maior tiragem, nos quais se referia, entre outras questões, a primazia que os directores daquelas instituições deveriam conceder à análise e descrição dos objectos que expusessem.

A atestar o facto de que as questões inerentes a esse debate não se revelariam tão pacíficas e lineares, quanto seria de julgar, ou até mesmo de desejar, verificamos que o próprio Alexandre Herculano, apesar de veemente opositor de qualquer prática que implicasse a descontextualização dos objectos histórico-artísticos, encetada pela maioria dos denominados "antiquários", não deixaria de outorgar uma muito particular atenção à questão da organização e fundação de um espaço com todas as características de museu central, sediado na capital portuguesa.

É que A. Herculano, à semelhança do que levaria Possidónio a percorrer todo o território português, para adquirir os mais variados artefactos para o Museu do Carmo, ao mesmo tempo que verificaria o estado de conservação dos nossos principais monumentos edificadas, acreditaria ser, então, absolutamente indispensável criar um organismo que velasse pela sua salvaguarda. Perante essa postura, não poderemos, na realidade, considerar as suas práticas igualáveis às dos meros coleccionistas, sem um método específico a presidir às suas actuações. Na realidade, o seu principal intuito revelar-se-ia a simples recolha de todo o tipo de material, independentemente do seu nível de conservação, embora saibamos que alguns desses mesmos coleccionadores pretendessem ir bastante além desses procedimentos, assumindo-se como verdadeiros percursores dos espaços museológicos europeus do século dezanove, preocupando-se em estudar os artefactos que adquiriam, ao mesmo tempo que se esforçavam

por classificá-los e expô-los, pelo menos ao olhar dos seus convidados especiais (Hudson, 1987, p. 53).

Evidentemente que poderemos questionar as razões que teriam estado subjacentes à ausência de uma verdadeira vontade política, no sentido de serem criados museus regionais em território nacional, que pudessem, de alguma forma, concretizar alguns daqueles desideratos, nomeadamente no respeitante à salvaguarda de alguns dos objectos histórico-artísticos, considerados mais importantes para as respectivas Histórias locais e regionais.

Não contornando a sempre presente preocupação centralista do novo poder liberal e regenerador, pensamos que condicionalismos como a carência de um número necessário de individualidades locais, verdadeiramente sensibilizadas para todas essas questões, assim como de investigadores nas implícitas áreas científicas, para além da ausência de interesse e carência monetária, evidenciada por parte das diversas municipalidades portuguesas – e que tão necessária se revelaria à concretização de muitos daqueles projectos –, ter-se-ão revelado factores determinantes na decisão de fundar um museu na capital.

Assim, acreditava-se que, em Lisboa, seria possível encontrar os principais requisitos para a constituição de uma instituição daquela natureza, para mais apoiada pelas autoridades competentes, aí sediadas.

Para além disso, e como se viria a constatar, a capital, enquanto verdadeiro centro administrativo, possibilitaria mais facilmente o despertar das consciências políticas para a urgência da delineação de uma política concertada da conservação de todo o nosso património histórico. Induziria, assim, indirecta e subsequentemente, ao despertar das consciências municipais para a sua efectivação. Não deveremos escamotear a própria apropriação que a capital política desde sempre teria efectuado, referentemente ao quotidiano cultural do nosso país, sobretudo porque se localizariam dentro das suas fronteiras administrativas as principais instituições culturais portuguesas. Aliás, seriam constatações similares que se encontrariam na base do parecer emitido pela Academia de Belas Artes de Lisboa, a propósito da transferência do “Museu Arqueológico do Algarve” para Lisboa, após o falecimento do arqueólogo algarvio, Estácio da Veiga.

Para lá da inquestionável relevância do Museu do Carmo em todo o processo de divulgação do devir histórico, não apenas nacional, como de outras realidades geográficas, ao longo do qual acabaria por assumir o papel oficioso de autêntico “Museu de Antiguidades Nacionais” – à semelhança de diversos congéneres europeus –, não poderemos obviar o papel importantíssimo que o mesmo desempenharia enquanto modelo e estímulo na criação de muitos outros, sobretudo a um nível regional e local. Convirá, contudo, sublinhar que o carácter oficioso de “Museu de Antiguidades Nacionais”, assumido pelo Museu Arqueológico do Carmo, adviria do facto do estabelecimento museológico português que alcançaria esse estatuto, de uma forma oficial, se ter revelado o da Academia de Belas Artes de Lisboa, com o qual, aliás, existiria uma certa competição implícita.

Ademais, a fundação de muitos destes espaços acabaria por encontrar no Museu do Carmo e, muito particularmente, na pessoa do seu mais carismático presidente, Possidónio da Silva, um permanente e incondicional apoio na concretização dos seus mais variados projectos.

À inegável ascendência que o Museu do Carmo possuiria sobre os demais espaços museológicos, ulteriormente fundados um pouco por todo o país, ficar-

-se-ia a dever o notório desenvolvimento que a ciência arqueológica nacional obteria ao longo do século XIX, bem como a consciencialização da relevância da qual se deveria revestir o seu estudo na investigação da História local e regional. Consequentemente, não terá constituído uma mera obra do acaso, o facto da maioria desses museus passarem a designar-se de “arqueológicos”.

Ao mesmo tempo que sublinhava a importância da fundação de um museu de características nacionais, chegando a noticiar frequentemente a abertura de similares nos demais países europeus, descrevendo outros já existentes, Possidónio enfatizava a relevância da qual se deveria revestir a constituição de museus locais.

Na verdade, essa sua postura nada teria de contraditório, uma vez que, enquanto naqueles museus se pretendia conceder aos seus visitantes uma visão de conjunto do viver e evoluir histórico de cada um dos seus territórios nacionais, de uma forma coerente e coeva, os locais e regionais, por seu turno, apresentariam esse mesmo panorama a um nível micro-espacial. Possibilitavam, assim, um aprofundamento das suas especificidades. Revelar-se-iam, no fundo, duas faces de uma mesma realidade, mais abrangente, complementando-se. Poderemos mesmo afirmar que o Museu Nacional poderia funcionar como um verdadeiro roteiro introdutório dos regionais e locais, no âmbito dos quais encontrariam artefactos que ilustrassem, mais pormenorizadamente, algumas das realidades vivenciais abordadas genericamente naquele.

Seria em consequência da consciencialização do papel que os museus locais e regionais poderiam assumir, não apenas num melhor conhecimento das suas realidades e especificidades históricas, como, também, pela importância que os mesmos revelariam no subsequente desenvolvimento económico das suas respectivas regiões, ao atraírem um crescente número de visitantes às suas localidades, que personalidades tão marcantes da nossa sociedade e cultura de oitocentos, como a de Martins Sarmento, ponderariam seriamente a criação de pequenos núcleos museológicos, desenvolvidos a partir das suas próprias colecções particulares, organizadas com base nos artefactos recolhidos durante as suas múltiplas investigações, de carácter arqueológico, ou não.

Não podemos deixar de mencionar que, para além do Museu da Sociedade Martins Sarmento, fundado em 1885, outros mais seriam inaugurados até finais da centúria de oitocentos. Seria o caso, entre outros, do Museu Municipal da Figueira da Foz, fundado em 1894, por iniciativa do investigador Santos Rocha, com base no espólio que, entretanto, teria coligido no decorrer das suas investigações.

Aquela posição de Possidónio da Silva seria, aliás, corroborada, entre outros factos, pelos inúmeros e frequentes votos de louvor que lhe seriam propostos em consequência dessa sua postura, sobretudo porque alguns dos museus locais e regionais seriam criados por sua própria iniciativa, chegando a sugerir a criação de muitos outros. Seria o que sucederia com a proposta que elaboraria, no sentido da *Real Associação* dirigir uma representação ao Governo, para que se reutilizasse, por exemplo, a Igreja do Salvador, em Coimbra, destinando-a à constituição de um Museu “...dos objectos antigos já encontrados nos arredores de Coimbra, e outros que se possam descobrir para o futuro...”. (AH/AAP, *Actas do Conselho...*). Pretender-se-ia, simultaneamente, e de uma forma implícita, proceder-se à conservação daquele edifício, então em sério risco de ser vilipendiado, e, no fundo, à semelhança do que acontecera com a própria igreja do Carmo, sede associativa.

Para Santarém, seria nomeada, ainda durante essa mesma década, um comissão especial, por alvará do seu respectivo Governo Civil, com o propósito específico de fundar, naquela cidade, um “Museu Arqueológico”, igualmente designado de “museu distrital”, e para cuja constituição a *Real Associação* dispensaria todo o seu auxílio e coadjuvação, por forma a conseguir-se alcançar, mais célere e facilmente, as finalidades a que se propunha. Seria, aliás, precisamente para esse novo espaço museológico que seriam conduzidos os diversos objectos pertencentes à Igreja de S. Domingos daquela mesma cidade, então em deplorável estado de abandono e degradação. Facto esse que ocorreria em detrimento do próprio Museu do Carmo, para cujas instalações teriam sido inicialmente destinados. Principiava-se, assim, a privilegiar os museus locais, apesar das notórias dificuldades burocráticas com as quais a referida comissão se depararia, pelo menos até à instalação definitiva do mencionado museu, ao longo de cerca de dois anos.

Entretanto, outros museus iam sendo constituídos, mesmo que de carácter meramente particular, como no caso do inserido no âmbito do Instituto de Coimbra, na sua Secção de Arqueologia, no qual, entre outros, iam sendo representados artefactos provenientes das investigações, entretanto iniciadas em Conímbriga.

Simultaneamente, apareceriam outros de índole pública, como no exemplo do templo, dito, de Diana, em Évora que, em 1876, passaria a servir de museu de Arqueologia, denominando-o de Museu do Cenáculo. Museu esse que reuniria no seu interior um vasto espólio lapidar, nomeadamente romano e árabe, parcialmente herdado da colecção reunida pelo humanista André de Resende, assim como pelo próprio Manuel do Cenáculo, conjuntamente a outras peças, de proveniência contemporânea, fruto de uma investigação sistemática ou fortuita.

Ainda relativamente a Évora, será interessante referir-mos que, duas décadas volvidas, o conservador da Biblioteca Pública daquela cidade dirigiria uma circular aos presidentes das municipalidades alentejanas, no sentido de lhe serem enviados, para depósito nas suas instalações, todos os objectos arqueológicos que fossem sendo descobertos nas suas respectivas regiões. Muito possivelmente, ter-se-ia baseado no alvará de 1802, impelindo as mesmas administrações regionais a enviarem todos os objectos histórico-artísticos para as instalações da Biblioteca Nacional. No fundo, seria um passo mais em direcção ao regionalismo, e à incrementação de uma política cultural de evidente pendor regionalista.

Ainda na região alentejana, e no ano de 1894, a municipalidade bejense procederia à organização de um museu arqueológico. Decisão essa que lhe mereceria os mais distintos louvores, nomeadamente por parte da própria *Real Associação*, que sublinharia a forma vincadamente participativa com a qual a população local teria acarinhado tal iniciativa administrativa, ao concorrer, entre outras iniciativas, para o considerável aumento do seu espólio, ofertando objectos, até então mantidos na sua posse particular. Artefactos esses que, na sua grande maioria, teriam sido encontrados aquando da efectuação dos mais diversos tipos de trabalhos agrícolas, confirmando, assim, e uma vez mais, a relevância que o desenvolvimento agrícola assumiria – nomeadamente ao nível da sua intensidade –, ao longo de oitocentos em todo o processo de investigação arqueológica.

Na vizinha região algarvia e, mais concretamente, na cidade de Faro, seria inaugurado o Museu Arqueológico Lapidar – Infante D. Henrique –, instalado nos próprios Paços do seu Concelho. Espaço esse que se mostraria inicialmente ao público com uma única sala dedicada ao espólio clássico, nomeadamente de índole epigráfica.

Mais a norte do país, e nos finais dos anos oitenta, seria a vez da Câmara Municipal de Alcobaça tomar a resolução de fundar um Museu com as características congêneres aos referidos anteriormente, no claustro do seu antigo convento. Para o seu interior seriam destinados, entre muitos outros, os objectos que fossem sendo encontrados no âmbito das mais diversas investigações arqueológicas levadas a cabo na sua região.

Entretanto, seria criado o Museu Arqueológico bracarense, em 1897.

Pensamos, contudo, que não teria sido apenas a influência directa do Museu Arqueológico do Carmo a estimular a formação desses pequenos núcleos museológicos, um pouco por todo o nosso país. A acção particularmente assumida por Possidónio, calcorreando as mais diversas regiões portuguesas, instigando as suas mais importantes personalidades a concederem uma especial atenção ao estudo, divulgação e conservação dos variados tipos de vestígios materiais do passado nacional, terá constituído factor determinante em todo esse despertar.

Seria, assim, que se criaria um Museu Arqueológico nas instalações da municipalidade vianense, em finais dos anos setenta, em consequência de variadas diligências de Possidónio nesse sentido, e em resultado das investigações arqueológicas que levaria a cabo na Citânia de S.ta Luzia, nas cercanias daquela importante cidade minhota.

Mas, esse, revelar-se-ia um caso quase isolado de constituição de um museu com base nos artefactos encontrados numa estação arqueológica específica. Seria a Arqueologia a incentivar, directamente, a formação daquele espaço.

De facto, a sua esmagadora maioria teria por base pequenas colecções particulares pre-existentes, como nos casos das formadas por individualidades tão marcantes da nossa cultura de oitocentos, como Teixeira de Aragão, em Lisboa, com uma colecção bem representativa dedicada à época pré-romana e romana; a de Vieira da Natividade, em Alcobaça, dedicada essencialmente a essas duas épocas; a de António da Silva Magalhães, em Tomar, fundamentada em objectos romanos; a de Manuel Negrão, em Mosteiró, que incluía sobretudo objectos da época pré-romana, do período da presença romana em território nacional, bem como uma significativa colecção de armas. A sul do rio Tejo, surgiria a colecção de Arronches Junqueiro, perfeita de artefactos essencialmente provenientes das ruínas romanas de Tróia; de Gabriel Pereira, em Évora; do Padre Rocha Espanca, em Vila Viçosa; a de Inácio Lima, em Beja; a de José de la Feria y Ramos, em Serpa, com uma forte componente numismática, assim como a de João Manuel da Costa, em Mértola.

A quase totalidade destes últimos coleccionadores dedicar-se-ia, na sua essência, e à semelhança dos anteriores, à colectânea de objectos cronologicamente imputáveis à denominada Antiguidade Clássica e, sobretudo, àqueles que evidenciassem a notória influência que a presença da cultura romana teria alcançado em território nacional.

Porém, e não obstante uma ainda notória preferência demonstrada por esses coleccionadores relativamente aos artefactos representativos da presença

daquela cultura entre nós (que se poderia explicar por toda uma linha de actuação europeia nesse sentido, perscrutando os mais ínfimos vestígios de uma herança cultural romana), tornava-se inquestionável o crescente interesse por outros resquícios materiais da presença humana em solo nacional. De entre esses, sobressairiam os conectáveis com a Pré-história, fruto de um maior conhecimento que se iria adquirindo ao longo da segunda metade do século XIX sobre a mesma, assim como o prestígio que jovens ciências, como a Arqueologia e a Antropologia Pré-históricas iam alcançando, para além do inequívoco papel que esses mesmos vestígios poderiam desempenhar na afirmação da particularidade e legitimidade da nação portuguesa.

Ainda relativamente à importância da formação das referidas colecções particulares que, aliás, ainda denotariam, no seu início, uma certa tendência antiquarista, nomeadamente ao fazerem incluir no seu seio os mais díspares artefactos, pensamos ser de todo o interesse referir que as mesmas nunca constituiriam objecto de verdadeira análise por parte dos membros da *Real Associação*, verificando-se a ausência dessa mesma temática na maioria dos números do seu órgão oficial, o *Boletim de Architectura e Archeologia*. Pensamos que tal atitude se deveria prender com o facto de que, embora reconhecendo o valor intrínseco do conteúdo da sua maioria, o próprio Possidónio da Silva as equipararia a meros “gabinetes de curiosidades”, quer em termos de funcionamento, como de organização interna e externa.

Conclusão essa que adviria essencialmente do facto do seu acesso se encontrar, na sua quase totalidade, vedado à maioria dos interessados, possibilitando-se a sua entrada unicamente a um grupo privilegiado, mediante autorização directa dos seus proprietários.

Na verdade, a própria restrição da entrada pública àqueles espaços particulares, seria considerada por Possidónio inviabilizadora, *de per si*, daquela que consideraria a principal – senão única –, função e propósito, da qual se deveria revestir qualquer colecção, ou até mesmo museu, ou seja, a de se transformarem em verdadeiros espaços de estudo, que deveriam ser desfrutados por um largo espectro de investigadores, artistas, e até mesmo amadores e amantes do passado nacional, e não só. Assim, comparando a situação nacional, a esse nível, com toda a experiência estrangeira, da qual seria um directo conhecedor, Possidónio chegaria a afirmar que,

“Nos outros paizes mais ricos e adiantados em civilização, há mais d’uma d’essas colleções de muito merecimento e valor, mas não causam grande admiração, porque estão os estrangeiros costumados a vel-as e aprecial-as todas as vezes que desejam.” (Silva, 1883, p. 15)

Seria, ainda, imbuído desse mesmo espírito, que depositaria nas instalações do Museu do Carmo quase toda a sua colecção particular de Arqueologia, que teria coligido ao longo de décadas, fruto das suas próprias e múltiplas investigações, bem como da oferta por parte de alguns dos mais importantes estudiosos europeus oitocentistas, nas áreas da Arqueologia, Antropologia e Etnografia. Artefactos esses que seriam retirados do Museu, pouco tempo após o seu falecimento, em 1896, pelo seu filho primogénito, Ernesto da Silva, possivelmente temendo pelo futuro da própria *Real Associação*, donde, da própria colecção de seu pai.

Não poderemos igualmente escamotear o facto da maioria dessas colecções particulares ter surgido na sequência de achados fortuitos, decorrentes de uma investigação de campo sem a devida planificação e elaboração. Para além disso, a ausência das mais elementares referências histórico-culturais, bem como das condições das suas descobertas, impediria que os artefactos incluídos nas suas instalações se assumissem como objectos de estudo, na sua verdadeira plenitude, à semelhança dos gabinetes de setecentos.

Não obstante, verificamos que a evolução temática detectada ao nível das colecções particulares, seria também discernida no seio do próprio Museu Arqueológico do Carmo. Com efeito, se analisarmos atentamente as notícias incluídas nos diversos números do *Boletim*, relativamente à entrada de objectos, fossem eles ofertados ou depositados, depreenderemos, não apenas o seu carácter largamente abrangente e multiforme, como ainda uma notória evolução temática dos mesmos, tanto no que à sua proveniência geográfica respeitava, como, ainda, à cronológica.

Uma das primeiras evidências dessa realidade, surge-nos precisamente no facto de que os artefactos que iam sendo adquiridos, desde o início, para o Museu do Carmo, coadunar-se-iam, na sua esmagadora maioria, geográfica e cronologicamente, aos propósitos já delineados no primeiro levantamento dos principais monumentos edificadas nacionais, levado a cabo por Possidónio da Silva, em finais dos anos cinquenta. Aí, revelaria que se propunha fazer um relatório dos monumentos romanos, árabes, medievais e renascentistas, cujos vestígios existiriam ainda no solo da *vieille Lusitanie*, com as evidentes implicações ideológicas que uma tal preferência acarretaria consigo.

As razões pelas quais Possidónio ainda não faria incluir nesse primeiro inventário todo o tipo de monumentos evocativos dos tempos pré-históricos, prender-se-iam com o facto de somente em finais dessa mesma década ser declarada a existência oficial de uma Pré-história, em todo o longo percurso evolutivo da História da Humanidade, sendo que, apenas em 1867, a ciência que a passaria a estudar atingiria a sua verdadeira "maioridade", com a apresentação de uma colecção iminentemente pré-histórica, no âmbito da Exposição Universal de Paris⁵. Na realidade, seria precisamente após a sua participação activa nesse importante evento, que o Museu do Carmo passaria a expor nas suas salas alguns exemplares da actividade do Homem Pré-histórico.

Pensamos que na base da relativamente abrangente proliferação de museus arqueológicos, ao longo de todo o terceiro quartel do século XIX português, terão estado factores como a relativa facilidade com a qual diversas personagens nacionais iam obtendo objectos para as suas próprias colecções, nomeadamente em consequência de múltiplas actividades agrícolas. Não terá sido de somenos importância o facto de a sua constituição não se revelar uma despesa seriamente acrescida, pelo menos a título particular. Constatação que seria tanto mais verídica, se compararmos os custos que estariam inerentes à formação de um espaço museológico, como o de Belas Artes, em Lisboa, com as suas colecções constituídas por obras essencialmente modernas e contemporâneas, com todos os elevados custos que a sua aquisição comportaria.

⁵ Sobre a importância da Exposição Universal de Paris, de 1867, na evolução epistemológica de Possidónio da Silva, *vide* Martins, no prelo 2.

Fosse a título particular, ou até mesmo municipal, não poderemos ignorar a importância do desenvolvimento das vias e dos meios de comunicação e transporte portugueses, sobretudo a partir da implementação da política regeneradora, no enorme impulso que essas instituições regionais alcançariam em finais do século XIX. Melhoramentos esses que, em si, facilitariam a viagem para o interior de um crescente número de visitantes que, estimulados pelo seu aparecimento, assim como pela diversidade das suas colecções (frequentemente noticiada por alguns dos periódicos nacionais de maior projecção), e, sobretudo, movidos por uma incontestável curiosidade intelectual, passariam a frequentá-los com uma maior periodicidade. Facto que, por seu turno, estimularia o crescimento do espólio de cada uma daquelas instituições, para já não referir o melhoramento das condições de acesso e de exposição dos seus artefactos, bem como a sua respectiva divulgação junto do mais vasto espectro possível da população nacional.

Subjacente à criação desses novos espaços culturais estaria igualmente a consciencialização que os seus mentores iriam paulatinamente adquirindo sobre os crescentes proventos económicos que se poderiam alcançar com a sua constituição, pelo menos a médio e longo prazos.

De certa forma explorando a necessidade de um abrangente tecido social português em contactar mais directamente com todo o tipo de exemplares ilustrativos de uma realidade histórica, que se pretendia comum a todos os cidadãos nacionais, ao mesmo tempo que enfatizadores das suas características únicas, as próprias Câmaras Municipais do interior do nosso país ponderariam seriamente potenciar a acuidade com a qual passariam a deferir as premências e imperiosidades internas daquele novos espaços.

Parece-nos simultaneamente relevante o facto de não existirem quaisquer referências, nos números do *Boletim*, a outros museus municipais, entretanto inaugurados, como no caso do de Estremoz, Elvas, Alcácer do Sal, ou até mesmo de Bragança, este último inaugurado em 1897. Essa ausência ficar-se-ia a dever, muito possivelmente, à sua menor relevância, pelo menos na óptica da *Real Associação*.

Nesse, quase frémite, constitutivo de museus locais, assistiríamos a um certo processo que, durante largas décadas, inviabilizaria a prosperidade da sua maioria, bem como a inauguração de muitos outros. Assim, em meados dos anos noventa do século XIX, seria institucionalizado o Museu Etnológico Português, cujo principal mentor, José Leite de Vasconcellos, pugnaria insistentemente pela sua centralização, no que seria incondicionalmente apoiado pelo, então, ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, no primeiro governo de Hintze Ribeiro.

Ademais, seria o seu próprio fundador quem alvitriaria a conveniência metodológica e científica de concentrar, num único espaço, os materiais – cronologicamente divididos pela suas duas secções: “arqueológica” e “moderna” –, que pudessem, realmente, apelar [a]o *sentimento da nacionalidade*, despertando no seio da população portuguesa – enquanto “povo” –, um conhecimento mais consciente de si próprio, das suas especificidades, que, no fundo, o distinguiriam de todos os demais. Na verdade, esse seria apenas um dos passos essenciais para que “...sabendo as razões históricas da sua própria existência, ame e venera a pátria com conhecimento de causa, e siga afouto na via do progresso.” (Guimarães, 1894, p. 5). Constituiria, portanto, um programa museoló-

gico manifestamente “regenerador”, e historicamente compreensível, pelo menos à luz dos conturbados tempos políticos, que então se viviam internamente, essencialmente pautados pelo clima de insatisfação provocado pelo *Ultimatum*.

Não deixa, porém, de ser estranho que tais palavras fossem proferidas por alguém que teria sido, durante alguns anos, presidente do conhecido Instituto de Coimbra, ou seja, de uma individualidade que deveria, à partida, encontrar-se perfeitamente consciente e conhecedor das problemáticas regionalistas, bem como da importância que a política cultural descentralizadora poderia assumir em todo o processo de desenvolvimento generalizado da periferia e interioridade nacionais. Possivelmente, as consequências políticas terão sobrelevado algum sentimento pessoal nesse âmbito. Por outro lado, não deveremos subestimar o papel iminentemente evocativo que as instituições daquela índole assumiriam na formação cultural e política das novas gerações, educadas debaixo do novo espírito liberal, e crescendo à medida que se aproximava o dealbar do novo século.

Inicialmente perspectivado enquanto um prolongamento e desenvolvimento do Museu de Antropologia, criado no âmbito da Comissão dos Trabalhos Geológicos, numa altura em que as jovens ciências Etnológica e Antropológica ainda seriam abordadas como possuindo metodologias e finalidades de investigação, em tudo, semelhantes, o papel centralizador que aquele Museu assumiria verificar-se-ia, por exemplo, no facto dos objectos que detinha, revelarem-se aqueles que,

“...exist[iam] espalhados pelos diversos estabelecimentos do estado, sem fazerem parte integrante das collecções respectivas...”
(Id., 6)

Para além de se criticar o desmantelamento de algumas importantes colecções que, em princípio, possuiriam uma certa lógica interna, articulada em redor de um determinado objectivo, ou até mesmo pressuposto metodológico e/ou teórico, o presente trecho denunciaria uma certa intenção preestabelecida pelo próprio director do Museu, no sentido de adquirir para as suas instalações algumas das mais importantes colecções particulares que, por um qualquer motivo, teriam ficado dispersas por diversas instituições culturais. Seria, esse, o ocorrido com o *Museu do Algarve*, pensado e constituído pelo arqueólogo algarvio, Estácio da Veiga. Museu esse que teria constituído largo motivo de uma acesa discussão, promovida no seio dos nossos circuitos intelectuais oitocentistas, sobretudo da capital.

Essas ponderações encontrar-se-iam relacionadas com o facto de ter sido objecto de uma apropriação estatal de algo que nunca lhe teria pertencido, o que, no fundo, contrariaria o propósito e o carácter com, e pelo qual, teria sido pensado e concebido, desde o seu início. Na verdade, o principal intuito que teria presidido à sua formação, ter-se-ia revelado a profunda e pessoal convicção, veiculada insistentemente por Estácio da Veiga, segundo a qual dever-se-ia promover a criação de museus regionais, contrariamente a uma certa tendência latente na capital do país, que defenderia a constituição de um estabelecimento museológico com um vínculo notoriamente centralizador.

Assim, o Museu do Algarve teria sido pensado enquanto um verdadeiro museu provincial, sediado na sua principal cidade, ou seja, em Faro, no quadro abrangente do, entretanto, recentemente criado *Instituto Archeologico do Algarve*, que reuniria no seu seio algumas das mais influentes personalidades daquela região do nosso país, verdadeiramente empenhadas no estudo e divulgação da sua História. Contudo, tanto o referido Instituto, como o próprio Museu, desapareceriam pouco tempo após o falecimento de Estácio da Veiga, o seu verdadeiro mentor e principal sustentáculo.

A integração do seu espólio no Museu de Etnologia, após a sua breve passagem pelos corredores da Academia Nacional das Belas Artes e do Museu das Janelas Verdes, revelar-se-ia, no fundo, a ultimação de uma certa disputa – pontualmente transformada em verdadeiro confronto entre as partes implicadas –, entre a facção advogadora da descentralização, e a apoiante incondicional do processo centralizador da política cultural portuguesa.

Todavia, a acção catalisadora do Museu perspectivado por José L. de Vasconcellos não findaria nessas actuações. A *Comissão dos Monumentos Nacionaes*, criada em 1880, e cujo principal presidente seria o próprio Possidónio da Silva, assim como todas as restantes autoridades municipais, e demais instituições administrativas, públicas, eclesiásticas e militares do país, passariam a estar obrigadas, a partir de meados dos anos noventa de oitocentos, a fornecer todas as informações acerca das investigações arqueológicas que se efectuassem nas suas respectivas zonas jurídicas. A aquisição dessas informações deixaria, no entanto, entrever o propósito último dessas inquirições, ou seja, o de facilitar a aquisição das peças mais significativas (tanto do ponto de vista artístico, como histórico-cultural e arqueológico), que deveriam engrossar o espólio do Museu Etnológico.

Verificamos, assim, que José L. de Vasconcellos alcançaria o que Possidónio nunca conseguiria, nem enquanto presidente da *Real Associação*, nem, sequer, como presidente da *Comissão dos Monumentos Nacionaes*, quando instara, junto das mesmas autoridades, no sentido de serem obtidos,

“...objectos Architectonicos que nos Districtos de Obras Publicas se possão conhecer...se peça ao Chefe dos trabalhos geodesicos a descripção e remessa de todos os objectos que no andamento dos trabalhos dos Eng.ros a seu cargo forem encontrados.” (A.H./A.A.P., *Actas da Assembleia Geral*, n.º 180)

Sentimento de impotência esse que surgiria, por exemplo, aquando da pretensão que o mesmo Possidónio manifestaria, no sentido do Museu do Algarve, constituído por Estácio da Veiga, integrasse o Museu Arqueológico do Carmo, não apenas como forma de salvaguardar a sua integridade, unidade e lógica interna, concebida por aquele mesmo investigador algarvio, como, ainda, pelo facto do mesmo ter sido seu consócio e personalidade claramente interessada e empenhada em proceder a algumas alterações no próprio Museu da *Real Associação*, adaptando as ruínas da igreja às novas necessidades culturais e pedagógicas.

Em todo este processo, pensamos ser pertinente tentar descortinar a razão – ou, as razões –, pela qual teria sido, precisamente, José L. de Vasconcellos a

alcançar, com relativa facilidade, aquele Museu, que, durante tanto tempo teria permanecido apartado do olhar público e da curiosidade intelectual dos mais díspares estudiosos. Pensamos que uma possível explicação poderia residir no factor pessoal que terá sido, efectivamente, decisivo, e que se expressaria, por exemplo, na aquisição e na utilização de todo um pertinente e vasto capital social, no qual figuraria o próprio Possidónio, a quem, ademais, teria solicitado que o apresentasse a algumas das mais influentes personalidades da nossa cultura e política oitocentista, como no-lo atesta alguma da correspondência particular trocada entre ambos.

Ademais, e ainda no campo da utilização do capital social, constatamos que, embora o de Possidónio pudesse ser considerado mais abrangente, o de José L. de Vasconcellos ter-se-ia revelado mais eficaz, pelo menos do ponto de vista político, nomeadamente junto das hostes simpatizantes do regime republicano, cuja implementação, no nosso país, se vislumbraria já em meados dos anos noventa, nomeadamente após os turbulentos eventos decorrentes do *Ultimatum Inglês*, bem como do subsequente descrédito da instituição monárquica portuguesa. Aliás, teria sido, precisamente junto desta última que Possidónio teria encontrado, desde sempre, os apoios necessários para a concretização de muitos dos seus projectos culturais e filantrópicos, quando os públicos e governamentais frequentemente falhavam.

Mas, não teria residido apenas nesse factor pessoal, o sucesso que José L. de Vasconcellos evidenciaria na oficialização do Museu Etnológico. Efectivamente, consideramos inegável o facto de que, ao projectar a criação de um Museu com as características nacionais e centralizadoras, como aquele, granjearia, logo à partida, a simpatia e o apoio junto de uma vasta comunidade intelectual, social e política lisboeta, à qual agradariam, tanto os seus propósitos generalistas, como o seu carácter centralizador e nacional.

Interessante será o facto de detectarmos uma certa animosidade nutrida entre ambas aquelas personalidades, ou seja, entre Possidónio da Silva e José L. de Vasconcellos, embora nunca transparecesse de uma forma demasiado evidente. Constatação essa que ter-se-á tornado mais notória, precisa e, até certo ponto, compreensível, precisamente a partir da inauguração do Museu Etnológico, e, sobretudo, em consequência da forma como o seu espólio ia sendo adquirido, ultrapassando, frequentemente, as competências inerentes à própria *Comissão dos Monumentos Nacionaes*, à cabeça da qual permaneceria Possidónio da Silva e seus mais directos colaboradores e discípulos, após a sua morte, em 1896.

Na verdade, teria sido eventualmente esse último factor que, conjuntamente ao da nomeação de José L. de Vasconcellos para o lugar de conservador do Museu Archeológico do Carmo, ainda durante os anos noventa, assim como o seu crescente protagonismo no seio da própria Comissão dos Monumentos Nacionais, a revelarem-se decisivos na decisão dos herdeiros de Possidónio da Silva, no sentido de serem devolvidos ao seio da sua família todos os objectos depositados no museu associativo pelo seu patriarca. Ocorrência que teria lugar pouco tempo após o falecimento de Possidónio. Receariam uma eventual integração desses mesmos objectos que, pela sua quantidade, qualidade e eclectismo, teriam enriquecido, incontestavelmente, o já vasto espólio associativo, no Museu dirigido por José L. de Vasconcellos?

Não obstante, e ao que tudo parece indicar, as populações residentes nas mais diversas localidades da interioridade portuguesa, não terão, elas próprias, acolhido satisfatoriamente a evidente atitude centralizadora demonstrada por José L. de Vasconcelos. Postura essa que, em última instância, obviaria os próprios interesses regionalistas, manifestados por aquelas mesmas populações.

Corroborando esse grau de insatisfação, sucederia, com crescente incidência e veemência, uma plêiade de atitudes, assumidas por parte de alguns proprietários agrícolas que, encontrando esporadicamente objectos de eventual interesse e valor arqueológico nos próprios terrenos, prefeririam escondê-los, ou até mesmo destruí-los, do que se verem impelidos a vendê-los (frequentemente por um valor meramente simbólico), ao Museu Etnológico. Facto que, *de per si*, sublinharia de uma forma bastante inequívoca o total desacordo em relação a essa hipotética obrigatoriedade.

Mas não seriam apenas algumas das entidades locais que evidenciariam, dessa forma, a sua plena insatisfação em relação a essa, quase, imposição lisboeta, de carácter evidentemente centralizador. Assim, também, Joaquim de Vasconcelos, uma das mais proeminentes personalidades da nossa cultura de oitocentos – e um dos mais destacados consócios de Possidónio da Silva, na *Real Associação* –, demonstraria o seu pleno desacordo, insurgindo-se contra essa prática que, no fundo, sublinharia, uma vez mais, os nítidos propósitos da administração lisboeta em centralizar as mais diversas vertentes da vida portuguesa da época.

4. Considerações finais

Verificámos, assim, como, contrariamente ao que tem sido veiculado por alguma da nossa historiografia, Possidónio da Silva pugnaria pela implementação e disseminação de instituições museológicas, um pouco por todo o nosso território, sobretudo durante o último quartel de oitocentos.

Contudo, só consideraria permissível pensar nessa opção, quando surgisse todo um somatório de condições absolutamente necessárias à sua exequibilidade. Exigências essas que passariam, na sua essência, pela obtenção de um espaço com as devidas condições físicas, imprescindíveis, não apenas a uma correcta exposição dos materiais ao olhar público, ou seja, de uma forma minimamente pedagógica, como, sobretudo, à salvaguarda da sua própria integridade física.

Para tal, teria que despontar e cimentar uma verdadeira vontade política nesse sentido, a qual passaria, por exemplo, pelo despertar das consciências locais para a importância dos estudos arqueológicos e histórico-culturais para um melhor conhecimento, não apenas dos seus respectivos passados, como, sobretudo, das suas peculiaridades, face aos demais circundantes, da relevância que teriam assumido na constituição de um todo, que seria a realidade portuguesa – entendesse-se por essa concepção o que se quisesse. Teriam igualmente que reconhecer o impulso que aquelas mesmas investigações poderiam conceder ao desenvolvimento económico das suas regiões e localidades, pelo facto de atraírem um crescente número, não apenas de investigadores, como também de turistas.

No entanto, seria absolutamente necessário criar as condições que permitissem a atracção dessa nova plêiade de personalidades. Assim, somente depois

da implementação da política regeneradora no nosso país, melhorando as vias e os meios de comunicação, bem como a construção de infra-estruturas turísticas, é que Possidónio consideraria possível a sua sistemática deslocação aos locais mais recônditos de Portugal, nos quais existissem vestígios arqueológicos dignos de serem estudados e visitados.

Mas não poderiam ficar por essas questões, meramente logísticas, as exigências, no sentido de serem criadas as necessárias condições para a instauração de unidades museológicas, um pouco por todo o nosso território. Seria, sobretudo, urgente sensibilizar as personalidades mais avisadas, e detentoras de um considerável capital cultural, social e económico das diversas regiões e localidades do nosso país, no sentido de se unirem esforços para promover-se o estudo, divulgação e salvaguarda dos mais diversos vestígios dos seus respectivos passados, encontrados fortuita ou sistematicamente.

Seria com esse mesmo intuito que, por exemplo, conseguiria alcançar a constituição de uma comissão arqueológica na cidade de Viana do Castelo, que teria a seu cargo a responsabilidade de continuar as escavações que Possidónio iniciara no Monte de S.ta Luzia, nas suas proximidades, assim como velar pela salvaguarda das suas estruturas. Porém, o desígnio principal desse grupo revelar-se-ia, precisamente, a formação de um Museu local, cuja base seria o espólio encontrado no decurso daquelas mesmas investigações. Para o Museu do Carmo seriam encaminhadas unicamente aquelas peças que revelassem um maior número de exemplares.

Bastaria esse facto para confirmar a intenção verdadeiramente descentralizadora de Possidónio, no que à constituição de museus respeitava.

Embora nunca refutasse a inegável importância e necessidade de um "Museu Nacional", à semelhança de tantos outros instituídos nas principais capitais dos demais países europeus – até por uma questão de ordem pedagógica, que pudesse conceder, tanto a nacionais como a estrangeiros, uma visão global do nosso passado –⁶, Possidónio seria um dos principais e mais acérrimos propugnadores da criação de museus locais e regionais, desmente que fossem criadas as necessárias condições para a sua real viabilização. Até esse momento, e considerando o estado de profunda ignorância populacional – sobretudo do interior –, relativamente à importância da conservação dos mais variados vestígios do nosso passado, vilipendiando-os frequentemente, porquanto destituídos, para si, de qualquer significado pragmático (talvez o único que considerariam, no que se revelaria a redução do seu alcance cultural), Possidónio ponderava sempre como melhor opção o envio de alguns desses mesmos resquícios para as instalações do Museu Arqueológico do Carmo, onde seriam, na medida das possibilidades associativas, salvaguardados e expostos aos visitantes.

Referimos "na medida das possibilidades associativas", porquanto o próprio Possidónio consciencializava plenamente as precárias condições das ruínas da igreja do Carmo para albergar, de forma conveniente, as peças que iam dando entrada no seu interior, de uma forma quase diária. Na verdade, esse conhecimento tê-lo-ia levado, não apenas a consultar algumas das individualidades

⁶ Possidónio da Silva chegaria a conceber um projecto para a construção de um "Museu de Antiguidades e Belas Artes", na cidade de Lisboa, e que já foi alvo de um estudo nosso (Martins, no prelo⁴). Vide igualmente o segundo capítulo de Martins, 2000b.

nacionais, que mais empenhadas se encontrariam na constituição de modernos museus arqueológicos – como no caso do próprio investigador algarvio, Estácio da Veiga –, como, nomeadamente, concebendo um projecto de adaptação do espaço associativo às necessidades museológicas de uma colecção, cuja vertente arqueológica se ia tornando crescentemente notória, e numa altura em que o seu projecto de construção de um Museu de raiz se tornara, claramente, inexecutável, em virtude da ausência do imprescindível apoio administrativo.

Ainda que as actividades que seriam encetadas por um Museu de características e filosofia iminentemente centralizadoras, como se revelaria o Museu Etnológico, impedissem, de alguma forma, o natural desenvolvimento de alguns museus provinciais, elas não conseguiriam, contudo, impedir totalmente a sua formação, como, aliás, se constataria ao longo de toda a primeira metade do século XX. Na verdade, o seu espectro embrionário oitocentista, assim como o incondicional apoio, revelado, quer pela *Real Associação*, como na figura do seu principal presidente, Possidónio da Silva, terão constituído os factores proeminentes e decisivos na tenacidade revelada pelos seus directores, constantemente manifestada no desvelo que demonstrariam na sua perpetuação física e conceptual.

Porém, pensamos que a verdadeira extensão da influência das actividades associativas no âmbito da política descentralizadora museológica, revelar-se-ia, na sua totalidade, ao ser fundado um Museu Arqueológico em Pagim, na Índia, e cujo principal propósito seria o de,

“colligir em um nucleo os [objectos] que existem e se acham dispersos n’este Estado, notavel por brilhantes e memoraveis tradições.”(A.H./A.A.P., *Actas da Assembleia Geral*, n.º 167).

Fontes

A.H./A.A.P – Arquivo Histórico/ Associação dos Arqueólogos Portugueses:
Actas da Assembleia Geral, n.º 167, 15/11/1895.
Actas da Assembleia Geral, n.º 180, 19/12/1897.
Actas do Conselho Facultativo, n.º 85, 10/3/1876.

I.A.N./T.T. – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo:
Correspondência Científica e Litteraria de J. Possidónio N. da Silva, t. II, em 8.ª, doc. 235, 1864.
Correspondência Científica e Litteraria de J. Possidónio N. da Silva, t. IV, em 8.ª, doc. 516, 1870.

Bibliografia

BEGUET, B. (1990) – La Vulgarisation Scientifique en France de 1850 à 1914: contexte, conceptions et procédés. In *La Science pour Tous (1850-1914)*. Paris: Bibliothèque du C.N.A.M.

BENEDIC, C. (1990) – Le Monde des Vulgarisateurs. In *La Science pour Tous (1850-1914)*. Paris: Bibliothèque du C.N.A.M.

C., J. C. N. (1842) – O Mundo Primitivo. *O Panorama*. Lisboa. 2.ª s., 1.

CARTAILHAC, É. (1877) – Exposition International de 1878. *Boletim de Architectura e Archeologia*. Lisboa. 2.ª série, t. II: 4.

- CARVALHO, A. M. de (1981) – Relações com a França. In SERRÃO, J., dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Liv. Figueirinhas. t. V.
- CASTILHO, J. de (1897) – *Elogio histórico do architecto Joaquim Possidónio Narciso da Silva*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- CATALOGO do Museu da Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeologos Portuguezes. Lisboa: Typographia Universal, 1891.
- CAUMONT, A. de (1861) – *Rapport Verbal sur l'État des Musées Lapidaires*. Caen: Hardel.
- CAUMONT, A. de (s/d) – *Mes Souvenirs*. Caen: Hardel.
- CERAM, C. W. (1977) – *História Ilustrada da Arqueologia*. S. Paulo: Melhoramentos.
- CHRONICA (1875). *Boletim de Architectura e Archeologia*. Lisboa. 2.^a s., t. I: 5.
- CHRONICA (1877). *Boletim de Architectura e Archeologia*. Lisboa. 2.^a s., t. II: 4.
- CHRONICA da nossa Associação (1878). *Boletim de Architectura e Archeologia*. Lisboa. 2.^a s., t. II: 5.
- COLIN-SIMARD (1957) – *Découverte Archéologique de la France*. Paris: Le Livre Contemporain-Amoît-Dumont.
- CONGRES International des Américanistes. Paris: Maisonnens, 1875.
- COURAJOD, L. (1885) – *Les Débris du Musée des Monuments Français à l'École des Beaux-Arts*. Caen: Imprimerie F. le Blanc-Hardel.
- COURAJOD, L. (1886) – L'Influence du Musée des Monuments Français. *Révue Historique*. Paris. 3.
- DAGENS, B. (1989) – *Angkor, la Forêt de pierre*. Paris: Gallimard.
- DANIEL, G. (1968) – *El Concepto de Prehistoria*. Barcelona: Labor.
- DANIEL, G. (1975) – *Un Siglo y Medio de Arqueología*. Ciudad del Mexico: Fondo de Cultura Económica.
- DÉCHELETTE, J. (1908) – *Manuel d'Archeologie Préhistorique, Celtique et Gallo-Romaine*. Paris: Picard et Fils. t. I.
- DELOCHE, B. (1993) – Sur L'Anachronisme de Quatremère de Quincy, dans ses Considérations Morales. In GUILLERME, J., dir. – *Les Collections. Fables et Programmes*. Seyssel: Champs Vallon.
- DIAS, A. J. (1983) – Etnografia Portuguesa. In SERRÃO, J., dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livr. Figueirinhas. t. II.
- DIAS, A. J. (1983) – Etnologia. In SERRÃO, J., dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livr. Figueirinhas. t. II.
- ESTATUTOS da Universidade de Coimbra (1772). Coimbra: Typographia da Universidade.
- FAGAN, B. M. (1998) – Archaeology and Non-Western Societies. In *The Oxford Companion to Archaeology*. Oxford: Oxford University Press.
- FRANÇA, J.-A. (1983) – *História da Arte em Portugal no Século XIX*. Lisboa: Bertrand. t. I.
- FRANÇA, J.-A. (1987) – *História do Romantismo em Portugal*. Lisboa: Círculo dos Leitores. t. I.
- GARCIA, I. (1985) – Museu Arqueológico de Nova Goa. *Boletim de Architectura e Archeologia*. Lisboa. 3.^a s., t. VII: 3 e 4.
- GAYRARD-VALY, Y. (1987) – Yvette, The Story of Fossils. In *Search of Vanished Worlds*. Paris: Gallimard.
- GEORGEL, Ch. (1994) – Le Musée et les Musées, un Projet pour le XIX^{ème} Siècle. In *La Jeunesse des Musées. Les Musées de France aux XIX^{ème} Siècle*. Paris: Musée D'Orsay.
- GODOLPHIM, C. (1896) – *Biographia do socio fundador, architecto e archeologo Joaquim Possidónio Narciso da Silva*. Lisboa: Typographia Lallemand-Frères.
- GUARIN, I. (1993) – Du Rapt Légitimé des «Sujets d'Étude Vivants». In GUILLERME, J., dir. – *Les Collections. Fables et Programmes*. Paris: Champ Vallon.

- GUEDES, N. C. (1998) – A múmia do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª S., 11/12.
- GUÉNOT, H. (1986) – Musées et Lycées Parisiens (1780-1830). In *Dix-Huitième Siècle*. Paris: Presses Universitaires de France. t. 18
- GUERREIRO, M. V. (1983) – José Leite de Vasconcelos. In SERRÃO, J., dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livr. Figueirinhas. t. IV.
- GUIMARÃES, B. L. M. (1894) – Museus Portugueses. *Boletim de Architectura e Archeologia*. Lisboa. 2.ª s., t. I:1.
- HERCULANO, A. (1840) – Conservação dos Monumentos Nacionaes. *O Panorama*. Lisboa.
- HIGHAM, Ch. (1989) – *The Archaeology of Mainland Southeast Asia*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HUDSON, K. (1989) – *A Social History of Archaeology*. London: MacMillan Press.
- HUDSON, K. (1987) – *A Social History of Museums*. London: MacMillan Press.
- IMPEY, O.; MACGREGOR, A. (1995) – *The Origins of Museums*. Oxford: Clarendon Press.
- HENRIQUES, J. A. (1866) – *Antiguidade do Homem*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- LE MUSEE Archéologique*. Paris: Ernest Lenoux, 1875.
- LENOIR, A. (1794) – *Description Historique et Chronologique des Monuments de Sculpture Réunis au Musée des Monuments Français*. Paris: Au Musée.
- LENOIR, A. (1800) – *Musée des Monuments Français*. Paris: L'Imprimerie de Guilleminet.
- LENOIR, A. (1810) – *Histoire des Arts en France Prouvée par les Monuments*. Paris: Imprimerie D'Acquart.
- MACEDO, J. B. de (1981) – Centralização Política. In SERRÃO, J., dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livr. Figueirinhas. t. II.
- MACZAK, A. (1995) – *Travel in Early Modern Europe*. Cambridge: Polity Press.
- MANUEL, C. (1896) – Joaquim Possidónio Narciso da Silva. *Boletim de Architectura e Archeologia*. Lisboa. 3.ª s., t. VII:5.
- MANUEL, C. (1896) – Joaquim Possidónio Narciso da Silva. *Boletim de Architectura e Archeologia*. Lisboa. 3.ª s., t. VII:5.
- MAROT, P. (1969) – Les Origines d' un Musée d'Antiquités Nationales de la Protéction du «Palais des Thermes» à l'Institution du «Musée de Cluny». *Mémoires de la Société Nationale des Antiquaires de France*. Paris. 9ème s., t. IV.
- MARTINS, A. C. N. (1999a) – Introduction and Conclusion to the session The History of Archaeology: «Possidónio da Silva – an Example of the XIXth Century Portuguese Archaeology». In *Abstracts Book of the 5th Annual Meeting of the European Association of Archaeologists*. Bournemouth: Bournemouth University Press, p. 95, 99.
- MARTINS, A. C. N. (1999b) – Martins Sarmento e Possidónio da Silva. Um Olhar sobre a Troca Epistolar. In *Actas do Congresso de Proto-História Europeia*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, p. 213-222.
- MARTINS, A. C. N. (1999c) – *Possidónio da Silva, a R.A.A.C.A.P. e os Estudos Pré-históricos no Portugal Oitocentista*. *Arqueologia*. Porto. 24, p. 15-23.
- MARTINS, A. C. N. (2000a) – The Portuguese Association of Archaeologists during the first half of the XXth century. In *Abstracts Book of the 6th Annual Meeting of the European Association of Archaeologists*, Lisbon, Sept. 2000. Lisboa: IPA, p. 203.
- MARTINS, A. C. N. (2000b) – *Possidónio da Silva e a Memória História, Um Percorso na Arqueologia Portuguesa de Oitocentos*. Texto Policopiado. Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Lisboa, F.L.U.L.

- MARTINS, A. C. N. (2000c) – Possidónio da Silva, a R.A.A.C.A.P. e a Arqueologia no Portugal de oitocentos. A Conservação dos Monumentos Arqueológicos. In *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: A.D.E.C.A.P. vol. I, p. 237-259.
- MARTINS, A. C. N. (2000d) – The reuse of a fifteenth century church as the headquarters of the "Portuguese Association of Archaeologists". In *Abstract Book of the 5th International Congress on Restoration of Architectural Heritage (CICOP)*. Firenze: Università degli Studi di Firenze.
- MARTINS, A. C. N. (2000e) – Possidónio da Silva e um projecto de banhos públicos para a Lisboa de oitocentos. In *Actas de Colóquio sobre Imagens de Lisboa do século XVI ao XIX*, 6 e 7 Novembro de 1998. Lisboa: A.A.P., Colibri, p. 255-273.
- MARTINS, A. C. N. (2000f) – Perspectivas antropológicas no Museu Archeologico do Carmo. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 56, p. 53-75.
- MARTINS, Ana C. N. (2000g) – 1.º Curso Elementar de Archeologia (Lisboa, 1885). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 57, p. 77-117.
- MARTINS, A. C. N. (no prelo1) – O Brasil na vida e obra de Possidónio da Silva. *Olisipo*. Lisboa. 5 (2000).
- MARTINS, A. C. N. (no prelo2) – Estudos Pré-históricos e o Sentimento Nacionalista. Uma Perspectiva Possidiana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IPA.
- MARTINS, A. C. N. (no prelo3) – *Possidónio da Silva*, a conservação e restauro dos monumentos religiosos medievais. A Igreja do Carmo em Lisboa. In *Actas do Colóquio – Lisboa do Século V ao XV*. Lisboa: A.A.P., Ed. Colibri.
- MARTINS, A. C. N. (no prelo4) – The Prehistoric Studies and the Nationalistic Feeling. The Perspective of Possidónio da Silva. In MARTINS, A. C. N., ed. lit. – *Archaeology: Pages of an History*. London: BAR.
- MICHEL, P. (1993) – Rome et la formation des collections du cardinal Mazarin. In *Histoire de l'Art. Collections et Collectionneurs*. Paris. 21/23.
- MOSER, S. (1999) – The Dilema of Didactic Displays: Habitat Dioramas, Life-groups and Reconstructions of the Past. In *Making Early Histories in Museums*. Leicester: University Press.
- MURTA, T. da M., Visconde de (1902) – Biographia de Possidónio da Silva. *Boletim de Architectura e Archeologia*. Lisboa. 3.ª s., t. X.
- NEVES JÚNIOR, J. N. (1981) – António Rodrigues Sampaio. In SERRÃO, J., dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livr. Figueirinhas. t. V.
- PAÇO, A. do (1981) – Carlos Ribeiro. In SERRÃO, J., dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livr. Figueirinhas. t.V.
- PAÇO, A. do (1981) – Joaquim Filipe Nery da Encarnação Delgado. In SERRÃO, J., dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livr. Figueirinhas. t. II.
- PEREIRA, G. (1896) – Para memória do architecto Possidónio da Silva. *Boletim de Architectura e Archeologia*. Lisboa. 3.ª s., t. VII: 6 e 7.
- PEREIRA, G. (1900) – *O Museu Archeologico do Carmo*. Lisboa: Typographia Lallemand-Frères.
- PEREIRA, M. L. E. da V. A. dos S. S. (1981) – O Museu Arqueológico do Algarve (1880-1881). *Anais do Municipio de Faro*. Faro. XI.
- POMIAN, K. (1987) – *Collectionneurs, Amateurs et Curieux*. Paris, Venise: XVI.e-XVIII.e Siècle. Paris: Gallimard.
- POULOT, D. (1985) – Naissance du monument historique. *Revue D'Histoire Moderne et Contemporaine*. t. XXXII (Juillet-Septembre).
- POULOT, D. (1988) – La Naissance du Musée. *Aux Armes et Aux Arts!*. Paris: Adam Biro.

- POULOT, D. (1997) – *Musée, nation, patrimoine (1789-1815)*. Paris: Gallimard, 1997.
- PUTTFARKEN, Th. (1987) – Whose Public? *The Burlington Magazine*. London. (June).
- QUATREFAGES, M. A. (1897) – *Rapport sur les Progrès de l'Anthropologie*. Paris: Imprimerie Impériale.
- QUEST FOR THE PAST. *Great Discoveries in Archaeology*. Illinois: Prospect Heights, 1994.
- RIEGL, A. (1984) – *Le Culte Moderne des Monuments*. Paris: Seuil.
- RIS, C. (1872) – *De les Musées de Province*. Paris: Jules Renouard.
- SAINT-CERNIN, H. S. (1919) – *Ordre et Désordre a Saint-Germain-e-Laye au XIXème Siècle*. Saint-Germain-en-Laye: Les Cahiers de l'Université Libre de Saint-Germain-en-Laye. t. I.
- SANTOS, F. P. (1981) – Direito de Associação. In SERRÃO, J., dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livr. Figueirinhas. t. I.
- SCHAER, R. (1996) – *L'Invention des Musées*. Paris: Gallimard.
- SCHNAPPER, A. (1998) – *Le Géant, la Licorne et la Tulipe*. Paris: Flammarion.
- SCHNAP, A. (1993) – *La Conquête du Passé*. Paris: Édition Carré.
- SILVA, J. P. N. da (1873) – *Projet pour un Musée des Beaux-Arts et D'Antiquités pour la Ville de Lisbonne*. Lisbonne: Imprimerie Nationale.
- SILVA, J. P. N. da (1876) – *Noções Elementares de Archeologia*. Lisboa: Typographia Lallemand-Frères.
- SILVA, J. P. N. da (1881) – Archeologia Prehistorica. *Boletim de Architectura e Archeologia*. Lisboa. 2.ª s., t. III: 4.
- SILVA, J. P. N. da (1883) – Architectura da idade media. *Boletim de Architectura e Archaeologia*. Lisboa. 2.ª s., t. IV: 3.
- SINCLAIR, P. J. J. (1996) – Nationalism. In *The Oxford Companion to Archaeology*. Oxford: Oxford University Press.
- SOMMERARD, É. de (1883) – *Musée des Thermes de l'hotel de Cluny. Catalogue et description des objets d'art de l'antiquité du Moyen Âge et de la Renaissance*. Paris: Hotel de Cluny.
- THE STORY of Archaeology*. London: Phoenix Illustrated, 1997.
- SYNOPSIS. *Boletim de Architectura e Archeologia*. Lisboa. 2.ª s., t. I:1 (1876).
- VASCONCELOS, J. Leite de (1915) – *História do Museu Etnológico*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1958) – *Cartas de Leite de Vasconcellos a Martins Sarmiento (1879-1899)*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento.
- VIANA, M.ª T. C. P. (1970) – *Os Museus do Porto no Século XIX*. Lisboa.
- VIANA, M.ª T. C. P. (no prelo) – *Subsídio para o Estudo da Museologia em Portugal no Século XIX*. Lisboa.
- WITTLIN, A. S. (1949) – *The museum, its history and its tasks in education*. London: Routledge and Keagan Paul.

The first part of the book is devoted to a general history of the United States from its discovery to the present time.

The second part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The third part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The fourth part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The fifth part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The sixth part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The seventh part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The eighth part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The ninth part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The tenth part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The eleventh part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The twelfth part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The thirteenth part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The fourteenth part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The fifteenth part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The sixteenth part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The seventeenth part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The eighteenth part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The nineteenth part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The twentieth part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The twenty-first part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The twenty-second part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The twenty-third part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The twenty-fourth part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The twenty-fifth part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The twenty-sixth part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The twenty-seventh part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.

The twenty-eighth part is devoted to a detailed history of the United States from the discovery to the present time.